



LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E RESULTADOS DO GT DE POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO



EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Temer

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

DIRETOR DE POLÍTICAS E REGULAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – DPR

Renato Braz de Araújo (substituto)

DIRETORA DE ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – DAE

Fernanda Marsaro dos Santos

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - DDR

Romero Portella Raposo Filho

MEMBROS DO GT DE POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO:

Joelma Kremer – SETEC/MEC (coordenadora)
Paulo Henrique de Azevedo Leão - SETEC/MEC
Jefferson Manhães de Azevedo – IFF/CONIF
Sônia Regina Guimarães Fonseca – IFMT/CONIF
Iara Christina Silva Barroca – UFV/CONDETUF
Carla Barroso Carneiro – AI/GM/MEC
Lia Pachalski - IFSul
Wagner Eduardo Rodrigues Belo – CEFET-RJ
Glaucia Bernardo - IFPR

COLABORADORES

Ana Carolina Oliveira – CONIF
João Paulo Guerra Rotelli – SETEC/MEC
Leandro Gomes Cardoso – AI/GM/MEC
Luana Ramos Monteiro – SETEC/MEC
Maria Auriana Pinto Diniz – AI/GM/MEC
Marjorie Cerejo - CONIF

Sumário

1 INTRODUÇÃO	5
2 FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	9
3 ANÁLISE DOS DADOS	13
3.1 Instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF	13
3.1.1 Mobilidade	14
3.1.2 Memorandos de Entendimento (MOUs) e/ou Acordos de Cooperação Internacionais	18
3.1.3 Projetos de Cooperação Internacional	19
3.1.4 Idiomas	20
3.1.5 Investimento/Financiamento	22
3.1.6 Estrutura de Escritórios	23
3.1.7 Comunicação/Divulgação dos Dados/Indicadores Internacionais	25
3.1.8 Participação em Eventos e Missões Internacionais	26
3.1.9 Normativas e Regulamentos Relacionados à Internacionalização	27
3.2 Instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF	29
3.2.1 Mobilidade	30
3.2.2 Memorandos de Entendimento (MOUs) e/ou Acordos de Cooperação Internacionais	31
3.2.3 Projetos de Cooperação Internacional	32
3.2.4 Idiomas	32
3.2.5 Investimento/Financiamento	32
3.2.6 Estrutura de Escritórios	32
3.2.7 Comunicação/Divulgação dos Dados/Indicadores Internacionais	33
3.2.8 Participação em Eventos e Missões Internacionais	34
3.2.9 Normativas e Regulamentos Relacionados à Internacionalização	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5 REFERÊNCIAS	39
ANEXO I - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	41
ANEXO II - DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA SETEC/MEC	51
ANEXO III - PAINEL DE METAS 2018-2019	57

Introdução



A Portaria nº 25, de 6 de julho de 2017, instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de proposta consolidada do desenvolvimento de ações da política de internacionalização da educação profissional e tecnológica, geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC, para o biênio 2018-2019. Suplementarmente, a Portaria n. 32, de 30 de julho de 2017 e a Portaria n. 37, de 20 de setembro de 2017 alteraram a composição do grupo que foi coordenado pela servidora Joelma Kremer, que atua na SETEC/DPR/NEPI; contou com a participação do Paulo Henrique de Azevedo Leão, da SETEC/DDR; dos representantes indicados pelo CONIF, Jefferson Manhães de Azevedo e Sônia Regina Guimarães; da representante do CONDETUF, Iara Christina Silva Barroca; da chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, Ministra Carla Barroso; e pelos especialistas em internacionalização da RFEPCT indicados pela Secretária da SETEC, Eline Neves Braga Nascimento: Gláucia Bernardo, Lia Pachalski e Wagner Eduardo Rodrigues Belo.

A ideia da constituição do GT nasceu da interação da SETEC/MEC, com o Fórum dos Assessores de Relações Internacionais - FORINTER, ocorrida em 06 e 07 de abril de 2017, onde foram propostas duas frentes

de trabalho: a construção de uma política de internacionalização para a RFEPCT e o desenvolvimento de um sistema informacional computadorizado com o objetivo de dar visibilidade às ações de internacionalização das instituições da RFEPCT, acompanhá-las e possibilitar a sua otimização com parceiros estratégicos.

Os especialistas em internacionalização Gláucia, Lia e Wagner foram, inicialmente, apontados para trabalharem na concepção do sistema informacional computadorizado e, numa primeira semana de trabalho em Brasília, com a participação presencial da Lia e do Wagner e a distância da Gláucia, que estava participando de capacitação na Holanda, nos dias 10 a 14 de julho, montou-se a proposta de um levantamento de informações para o entendimento do atual estado das ações de internacionalização na RFEPCT.

A proposta foi apresentada para a Secretária da SETEC que sugeriu a inclusão dos três especialistas no GT de Políticas de Internacionalização com o objetivo de realização das duas atividades em conjunto, considerando-se a sua complementaridade.

Ao definir as atribuições do GT, a Portaria nº 25 apontou:

- I identificar as ações de internacionalização da educação profissional e tecnológica desenvolvidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
- II elaborar documento técnico com a proposição das diretrizes, mecanismos e procedimentos para o desenvolvimento das ações de internacionalização da educação profissional e tecnológica;
- III elaborar proposta de planejamento, com a definição das ações prioritárias de internacionalização da educação profissional e tecnológica a serem executadas no biênio 2018-2019.

O GT realizou, então, em 15 de agosto, a primeira reunião, que foi aberta pelo Diretor de Políticas e Regulação, onde os participantes relataram as suas expectativas em relação ao trabalho a ser desenvolvido pelo Grupo. Foram apresentadas pela equipe técnica as questões inerentes à construção de políticas, especialmente de políticas de internacionalização, bem como a proposta do levantamento de informações, que foi corroborada por todos. A Ministra Carla ressaltou os aspectos inerentes às diretrizes de internacionalização do Ministério da Educação e direcionamentos do Ministério das Relações Exteriores. O reitor, Jefferson Manhães de Azevedo, ressaltou as expectativas do CONIF, que também trabalha na definição de política de internacionalização e que tem grande interesse no alinhamento das ações com as da SETEC. O Paulo Leão relatou como as ações de

internacionalização vêm sendo desenvolvidas no âmbito da RFEPCT, estabelecendo um paralelo entre oportunidade e necessidade, ou seja, até o momento se está trabalhando com oportunidades e, a partir da definição de uma política, pode-se alterar a perspectiva para se atuar no âmbito das necessidades e de um direcionamento estratégico em termos de internacionalização para a rede. A coordenadora do GT ressaltou o pedido da Secretária da SETEC, ou seja, que como produto do GT, tenha-se uma proposta consolidada de ações a serem desenvolvidas no biênio 2018-2019. A reunião foi conduzida, na parte da tarde, pela Sônia Regina Guimarães Fonseca, com formação em Master Coach empregando a metodologia para a estruturação das atividades do GT que, ao fim do dia, havia desenvolvido seu propósito, visão e valores, além de ter definido as próximas etapas do trabalho, quais sejam:

PROPÓSITO: ESTRUTURAR POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO 2018-2019.

Visão

até 23/11/2017, entregar proposta de alinhamento estratégico da área internacional da RFEPCT.

Valores

objetividade, comprometimento, produtividade e assertividade.

Próximas etapas

realizar pesquisa diagnóstico; apresentar resultados e definir as políticas na reunião do dia 04/10.

A proposta de trabalho para o levantamento de informações acerca das ações de internacionalização da RFEPCT e definição das políticas para internacionalização foi concebida atentando para a implementação de uma ferramenta de gestão de processos.

Sua base de concepção fundamenta-se na Agenda 2030 (17 objetivos para o desenvolvimento sustentável), mais especificamente ao

Objetivo 4 - Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas. Considera, ainda, o trabalho realizado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e os esforços da SETEC/MEC no desenvolvimento de política de internacionalização para a RFEPCT.

A sua **primeira fase** foi o levantamento de informações, com os seguintes objetivos:

- Obter um panorama atualizado das ações de internacionalização da RFEPCT;
- Fornecer subsídios para a discussão das políticas de internacionalização da RFEPCT;
- Promover acessibilidade aos dados de internacionalização da RFEPCT;
- Fornecer subsídios para a construção de uma plataforma de gestão da internacionalização.

A Metodologia empregada foi a entrevista individualizada via webconferência, previamente agendada pela SETEC com as 41 instituições da RFEPCT e, por meio eletrônico, com as 23 Escolas Vinculadas (CONDETUF).

O instrumento de coleta de dados foi concebido levando-se em conta nove eixos, com o recorte temporal das ações ocorridas nas instituições da RFEPCT a partir de 2015. Os eixos são:

- a. Mobilidade;
- b. Acordos/MOUs;
- c. Projetos com cooperação internacional;
- d. Idiomas;
- e. Investimento/Financiamento;
- f. Estrutura de escritórios;
- g. Comunicação/Divulgação dos dados/ indicadores internacionais;
- h. Participação em eventos e missões internacionais;
- i. Normativas e regulamento relacionados à internacionalização.

O instrumento de coleta de dados está no Anexo I deste relatório.

Foi realizado um pré-teste do instrumento de coleta de dados com duas instituições da RFEPCT e as sugestões de alteração foram incorporadas ao instrumento utilizado para aplicação, que foi previamente enviado aos respondentes.

Os respondentes foram indicados pelos dirigentes das instituições num trabalho colaborativo com a coordenadoria de internacionalização do CONIF. No caso das Escolas Vinculadas, o trabalho de sensibilização ficou ao encargo da Iara Barroca, representante do CONDETUF no GT.

Foi, ainda, realizado o trabalho de sensibilização junto aos dirigentes das instituições, em reunião plenária do CONIF, acerca da importância do trabalho proposto e das perspectivas dele advindas.

As entrevistas foram realizadas no período de 18/09 a 29/09/2017. Nos dias 2 e 3/10/2017, os especialistas que foram, também, os entrevistadores - Gláucia, Lia, Wagner e Iara - se reuniram na SETEC/MEC, em Brasília, para iniciar o processo de tabulação e análise dos dados.

Os resultados compilados, que foram apresentados no início da 2ª Reunião do GT de Políticas de Internacionalização, são objeto de análise deste relatório.

A **segunda fase** do trabalho foi prevista como sendo a de delimitação e construção das políticas de internacionalização da RFEPCT e da Plataforma de Gestão da Internacionalização, com possível atualização da aba Assessoria Internacional, já existente no SIMEC.

E, finalmente, a **terceira fase** foi concebida como sendo a de desenvolvimento e implantação da plataforma de gestão dos processos de internacionalização.

Foi desenvolvido um cronograma para a execução das atividades, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Cronograma de atividades do desenvolvimento de políticas de internacionalização.

Ação	Responsável	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	2018
Criação do GT de Políticas de Internacionalização	SETEC							
Discussão da metodologia de trabalho e elaboração de questionário para diagnóstico das ações de internacionalização da Rede Federal	Corpo Técnico GT							
Sensibilização dos gestores	SETEC CONIF							
CONDETUF								
Identificação dos informantes responsáveis em cada instituição para o diagnóstico	Dirigentes das instituições							
Pilotagem do processo de coleta de dados do instrumento	Corpo Técnico GT		21 a 23					
Avaliação da pilotagem e do instrumento de coleta de dados	Corpo Técnico GT		24					
Envio do instrumento de coleta de dados para sistematização das informações internas previamente às entrevistas	Corpo Técnico GT		28 a 30					
Agendamento de entrevistas com cada instituição (41)	SETEC			4 a 6				
Entrevistas individuais com cada instituição da RFEPCT	Corpo Técnico GT			18 a 29				
Tratamento dos dados e compilação dos resultados para envio ao GT de políticas de Internacionalização	Corpo Técnico GT				2 e 3			
Reunião do GT de Políticas de internacionalização	GT				4			
Definição das informações a serem inseridas na plataforma de gestão da internacionalização	Corpo Técnico GT				30 e 31			
Desenvolvimento de nova plataforma de dados ou adaptação do SIMEC	SETEC/DTI							
Teste/Pilotagem do sistema - plataforma	SETEC, CONIF CONDETUF							
Apresentação dos resultados ao comitê gestor da SETEC/MEC (SETEC/CONIF/AI/MEC)	GT					23		
Início do processo de gestão da internacionalização da Rede Federal utilizando as ferramentas desenvolvidas	RFEPCT CONIF CONDETUF SETEC							

LEGENDA: Primeira Fase ■ Segunda Fase ■ Terceira Fase ■

Fonte: elaboração dos pesquisadores.

Até o momento de elaboração deste relatório, as atividades encontram-se dentro do cronograma previsto.

O presente relatório atende a primeira atribuição do GT. Já o documento de políticas e o painel de metas 2018/2019, constantes, respectivamente, dos Anexos II e III, atendem as duas outras.

Fundamentos de Políticas Públicas

As ações dos agentes públicos devem estar respaldadas por políticas públicas voltadas para a solução de problemas que são de interesse público. Essas políticas se constituem em um conjunto de definições governamentais sobre

os caminhos a serem seguidos e podem ser de caráter geral ou específico.

Destaca-se que as políticas públicas¹ possuem muitas definições, entre elas as apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Definições de Políticas Públicas

Autor	Definição de políticas públicas	Ano da obra
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.	1986
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Souza	Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente).	2003
Azevedo	Política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.	2003

Adaptado de: OLIVEIRA, Adão Francisco de. “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”, organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

¹- As conceituações definições relacionadas às políticas são contribuição da Glaucia Bernardo, bem como o seu relacionamento com a internacionalização.

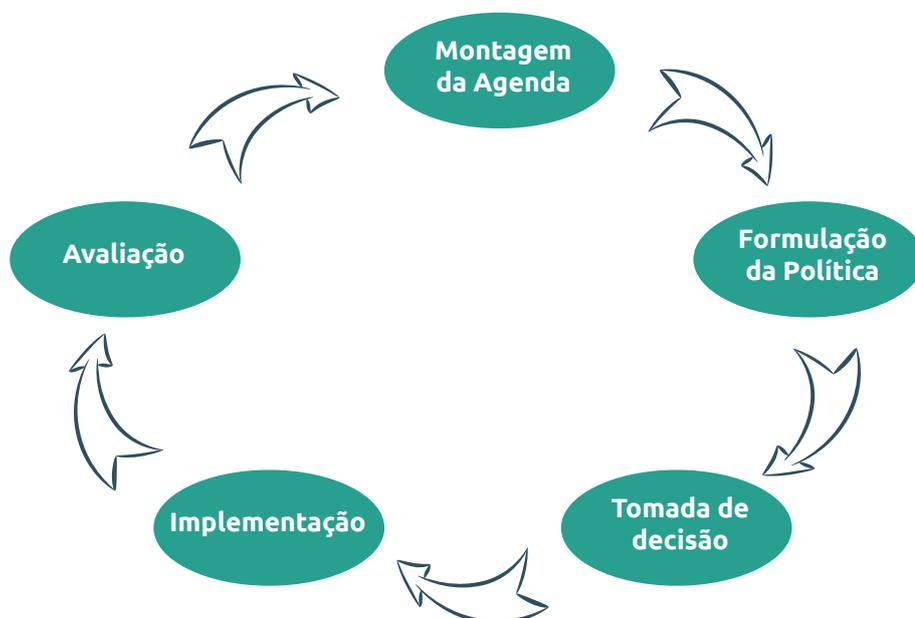
Todavia, independentemente do conceito, os seus principais elementos são (SOUSA, 2006):

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

O ciclo de políticas públicas, para Baptista e Rezende (2015), envolve o que está apresentado na Figura 1.

A discussão de relações internacionais a partir da perspectiva de uma instituição de ensino perpassa pelo entendimento da política externa como política pública. Nesse contexto, reconhece-se que da “educação à saúde, do desenvolvimento agrícola às políticas de reforma agrária e às políticas culturais, assistimos a um processo contínuo de internacionalização das políticas públicas que, em paralelo aos processos de globalização da economia, muito corrobora a mundialização da política e reproblematisa as hierarquias (...) da PEB”. Esse processo contínuo de internacionalização implica, também, no reconhecimento de que vários são os atores que participam deste cenário, que não está restrito apenas aos diplomatas e funcionários de carreira do Ministério das Relações Exteriores. Mais do que nunca, as demandas da agenda política externa são reflexos de outras pastas e órgãos do governo, assim como de unidades subnacionais (MILANI e PINHEIRO, 2013).

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas



Adequando-se o ciclo de políticas públicas proposto por Baptista e Rezende (2015) ao trabalho em desenvolvimento, têm-se as etapas observadas no quadro 3.

Quadro 3 - Etapas trabalho SETEC

Fase	Ação
Montagem da agenda	Portaria nº 25 de 6 de julho de 2017.
Formulação da política	Pesquisa e elaboração de minuta pelo GT.
Tomada de decisão	Secretária e Dirigentes da SETEC.
Implementação	Parceria da SETEC com o CONIF/Forinter e o CONDETUF.
Avaliação	Sistema de Internacionalização para monitoramento e avaliação.

No quadro 4 são apresentadas as relações de cooperação desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC, 2017).

Quadro 4 - Relações de cooperação desenvolvidas pelo Ministério da Educação

Cooperação Bilateral	Cooperação Multilateral	Cooperação Multilateral
Estados Unidos Canadá Portugal Espanha Inglaterra França Alemanha México Argentina Uruguai Dentre outros	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI Dentre outros, sobretudo por meio de participação em programas e projetos em áreas prioritárias ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas educacionais dos países	Reunião dos Ministros da Educação dos Países Membros do Mercosul Conselho Sul-americano de Educação - CSE - Unasul Reunião dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Reunião dos Ministros da Educação dos Nove Países Mais Populosos do Mundo (E-9) da UNESCO Conferência Ibero-americana de Educação da OEI, dentre outras.

Fonte: IMEC (2017).

Algumas questões sobre a internacionalização da educação profissional:

- Qual o papel das relações internacionais no que se refere à educação pública, profissional e tecnológica no Brasil?

- troca de experiências exitosas;
- visão geral de mundo;
- habilidades específicas;
- Necessidade de mudança nos projetos educacionais (formação de trabalhadores que atendam a um novo panorama mundial).

Realizadas essas considerações, parte-se para a análise dos dados do levantamento de informações realizado.

Figura 2 - Definição de internacionalização documentada pela instituição.



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Visualizam-se, na sequência, os resultados da pesquisa a partir dos eixos identificados na perspectiva das atividades de internacionalização.

3.1.1 Mobilidade

O conceito de mobilidade abrange a mobilidade *in*, ou receptiva de pessoas do exterior e a mobilidade *out*, ou de envio de pessoas para o exterior. Ela pode acontecer para os docentes, técnicos-administrativos e discentes.

Inicia-se a análise pela mobilidade *in*, para os três públicos.

Para o público docente, como pode ser observado na figura 3, mais de dois terços das instituições vinculadas ao CONIF receberam professores estrangeiros em suas unidades.

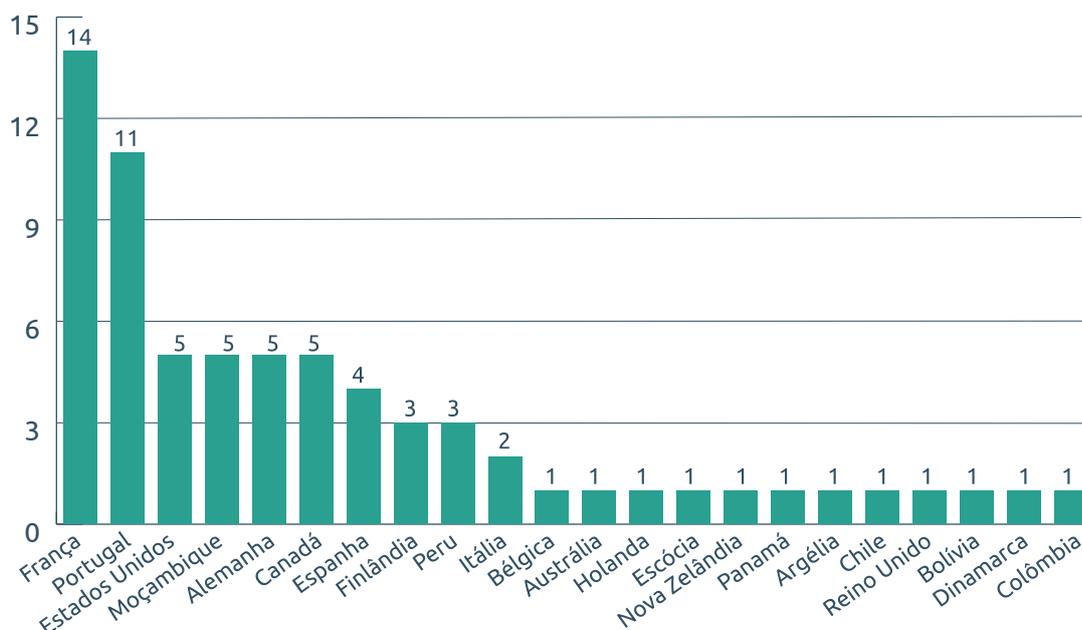
Figura 3 - Mobilidade docente *in*



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

A origem mais frequente desses professores é a França, com professores franceses que atuam no programa de leitores de francês, ação promovida junto à RFEPCT numa parceria entre o governo daquele país e o CONIF. Na figura 4, a origem dos professores recebidos nas instituições.

Figura 4 - Origem dos professores recebidos nas instituições



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Entre a demais origens, o destaque vai para Portugal, já que 11 instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF receberam professores daquele país, nos últimos dois anos, em suas dependências.

Na modalidade *in* de técnicos administrativos, observa-se que apenas 2 instituições (ou 5%) os receberam, como ilustrado na figura 5. Os técnicos originaram-se da Colômbia e do Peru.

Figura 5 - Mobilidade técnicos administrativos in



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Para discentes, as respostas de mobilidade *in* entre as 41 instituições vinculadas ao CONIF, verifica-se que 64% delas receberam estudantes estrangeiros em suas instalações, como mostra a figura 6.

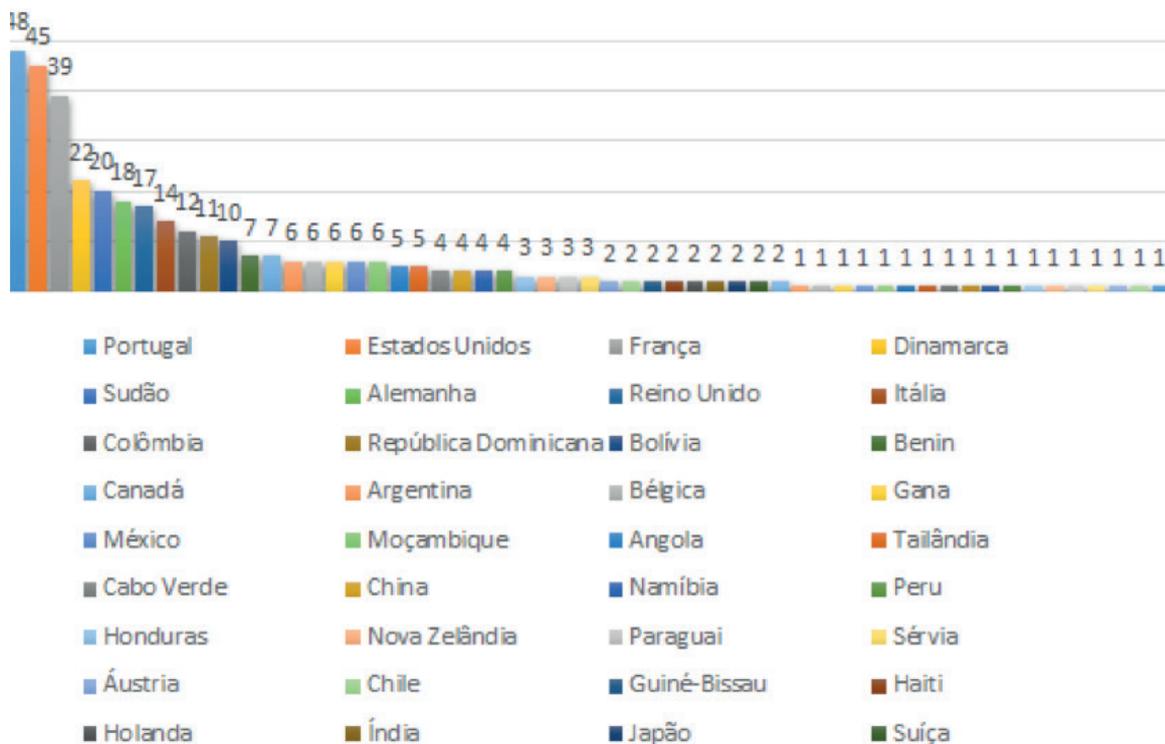
Figura 6 - Mobilidade discente in



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Na figura 7 está ilustrada a origem da mobilidade discente para as instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF. Pode-se observar que os países que mais enviam estudantes para o Brasil são Portugal, Estados Unidos, França, Dinamarca, Sudão, Alemanha, Reino Unido e Itália.

Figura 7 - Origem da mobilidade discente in

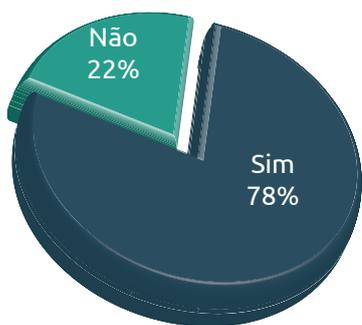


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 93% delas.

Nota-se que a mobilidade discente com os países da América Latina ainda é pouco expressiva, sendo o país com número mais representativo foi a Colômbia, com o envio de 12 estudantes.

Na mobilidade *out*, para o público docente, 29 instituições assinalaram positivamente ao questionamento (Figura 8).

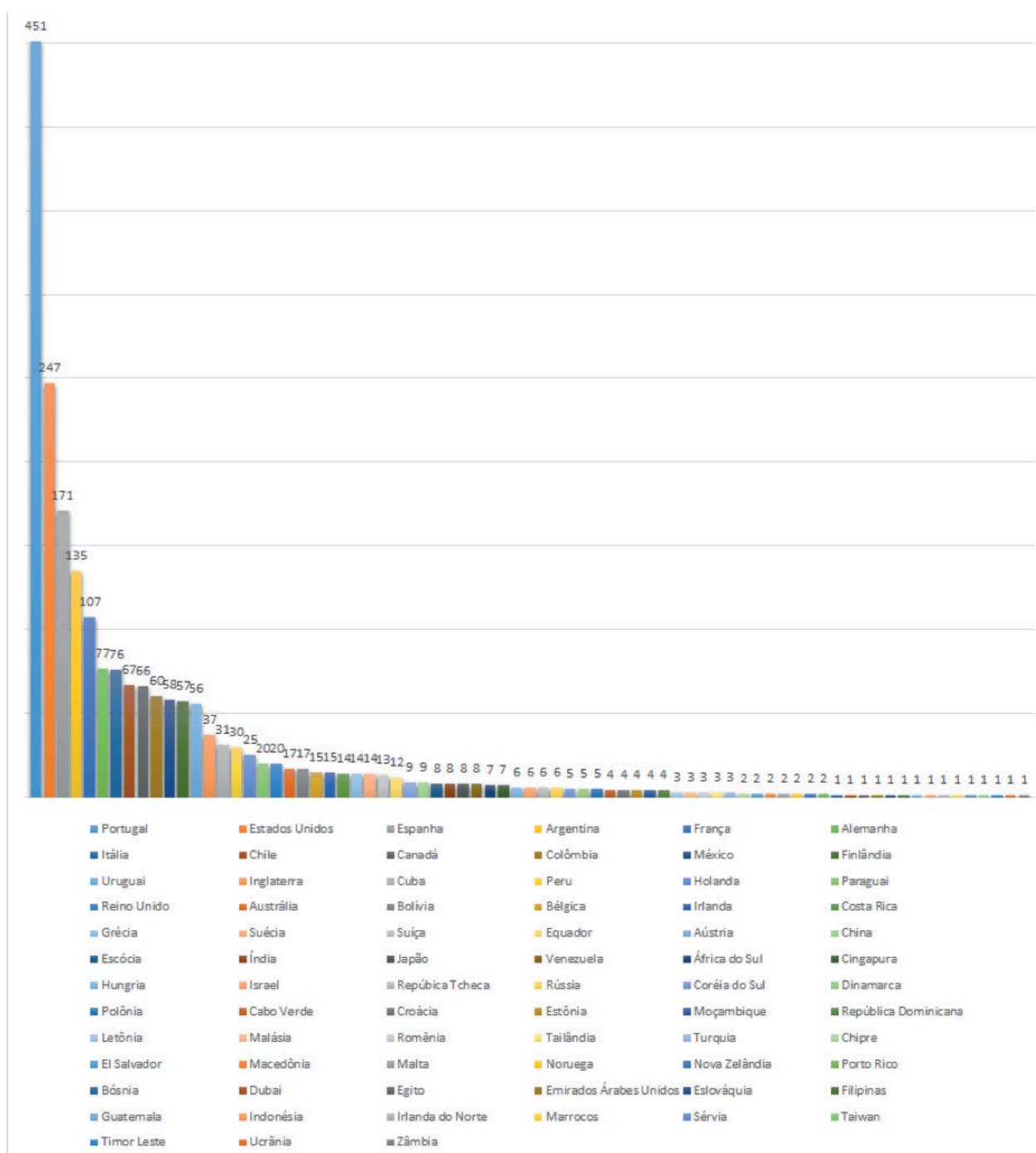
Figura 8 - Mobilidade docente out



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Os destinos apontados pelas instituições que responderam ao levantamento de dados estão apresentados na figura 9, onde se pode observar que Portugal, Estados Unidos, Espanha, Argentina, França, Alemanha, Itália e Chile foram os principais destinos dos docentes brasileiros em mobilidade out.

Figura 9 - Países destinos dos docentes



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015 a 2017, com respostas de 78% delas.

Quando a análise recai sobre a mobilidade *out* dos técnicos administrativos, observam-se os percentuais de respostas ilustrados na figura 10.

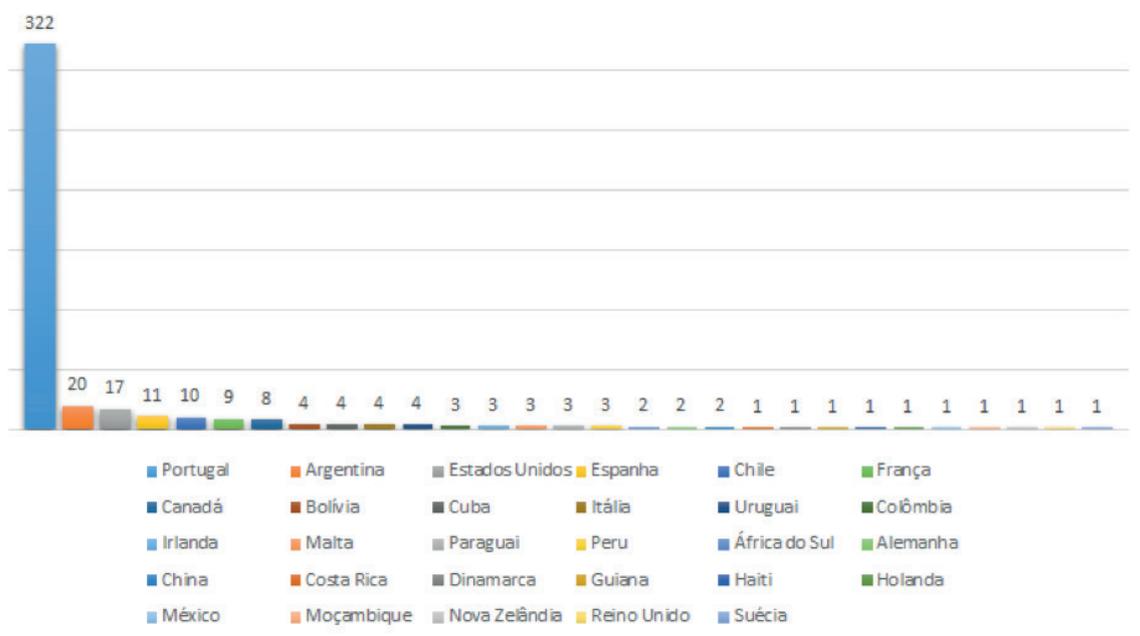
Figura 10 - Mobilidade técnico administrativo *out*



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Ao se analisar os destinos dos técnicos administrativos das instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF, observa-se que Portugal apresenta um número bem superior aos demais países. Argentina, Estados Unidos, Espanha, Chile, França e Canadá também receberam técnicos administrativos provenientes do Brasil, porém em menor número, como se pode observar na figura 11.

Figura 11 - Países destinos dos técnicos administrativos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015 a 2017, com respostas de 80% delas.

Finalizando-se a análise da mobilidade *out*, a figura 12 apresenta o quadro de respostas dadas pelas instituições vinculadas ao CONIF, acerca da mobilidade discente.

Figura 12 - Mobilidade discente *out*

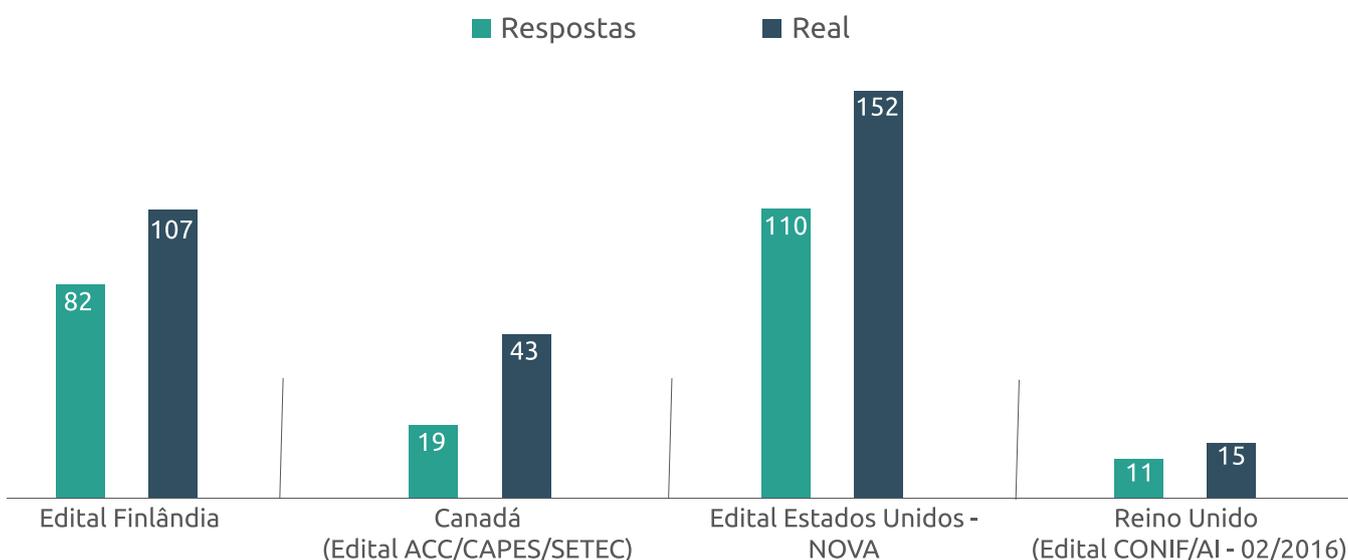


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Observa-se que 76% ou 31 instituições responderam que existem mobilidade de discentes. Os países informados como destinos estão demarcados na figura 13.

Levantou-se, ainda, o número de participantes de editais promovidos pela SETEC em parceria com a Capes, o CNPq e o CONIF. Na Figura 17 aparecem as respostas dadas pelas 31 instituições (76%) que responderam e o número real de participantes dos editais.

Figura 17 - Participantes de Editais



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 76% delas.

Como pode ser observado na figura 17, as respostas dadas pelas instituições difere do número de participantes dos editais. Isso pode ser explicado porque nem todos responderam à questão e, também, por haver uma certa rotatividade na função, bem como pela ausência de sistemas de informação para o gerenciamento das atividades de internacionalização.

Destaca-se que o número de MOUs e/acordos assinados pelos participantes dos editais ilustrados na figura 17 foram de 5 com a Finlândia, 4 com os Estados Unidos e 2 com o Canadá. Os participantes do edital do Reino Unido não geraram MOUs ou acordos para as suas instituições de origem.

3.1.4 Idiomas

As instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF foram solicitadas a responder sobre a oferta de disciplinas em outros idiomas. As respostas estão resumidas na figura 18.

Figura 18 - Oferta de disciplinas em outros idiomas



Diante da observação dos dados, percebe-se que a oferta de disciplinas em outros idiomas ainda não é uma prática consolidada na RFEPCT, sendo presente apenas em quatro instituições. Em duas delas (nos CEFET-MG e CEFET-RJ) a oferta esteve diretamente relacionada aos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. A terceira instituição que declara ofertar disciplinas em outros idiomas relaciona toda a oferta ao programa de “Escolas de Fronteira” implementado nela. No quadro 5, a relação das disciplinas ofertadas em outros idiomas que foram informadas pelas instituições respondentes.

Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Quadro 5 - Disciplinas oferecidas em língua estrangeira

Disciplina	Curso	Idioma
Special Topics on Scientific and Technological Instrumentation	Mestrado em Engenharia Elétrica	Inglês
Todas as disciplinas	Curso Binacional em Controle Ambiental	Espanhol
Todas as disciplinas	Curso Binacional em Gastronomia - Cozinha	Espanhol
Todas as disciplinas	Curso Binacional em Logística	Espanhol
Todas as disciplinas	Curso Binacional em Arroz y Pasturas	Espanhol
	Computação	Inglês
	Engenharia Civil	Inglês
História II	Técnico em Administração	Espanhol
História II	Técnico em Informática	Espanhol

Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Outra questão que foi colocada às instituições versa sobre a existência de Centro de Línguas em sua estrutura. As respostas estão ilustradas na figura 19.

Figura 19 - Existência de Centro de Línguas



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

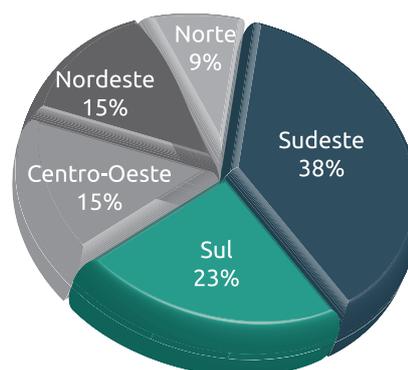
A prática do desenvolvimento da habilidade de comunicação em outros idiomas por meio de implementação e execução de Centro de Línguas é uma realidade em 61% das Instituições da RFEPT vinculadas ao CONIF.

Cabe ressaltar que a informação coletada buscava verificar a oferta de programas regulares de ensino de língua estrangeira fora da matriz curricular dos programas existentes em pelo menos uma unidade acadêmica. Com isso, o valor percentual acima apresentado não permite afirmar que 61% de todos os câmpus existentes nas 41 instituições disponham de um Centro de Línguas e, sim, dizer da existência de um programa estruturado de ensino de outros idiomas em, pelo menos, um câmpus das 25

instituições que declararam “sim” em suas respostas.

Ainda relacionado ao tema “idiomas”, as instituições foram questionadas acerca da aplicação dos exames de proficiência e testes de idiomas ofertados no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras - IsF. Na figura 20 verifica-se a distribuição dos 28.879 testes ofertados por região do país.

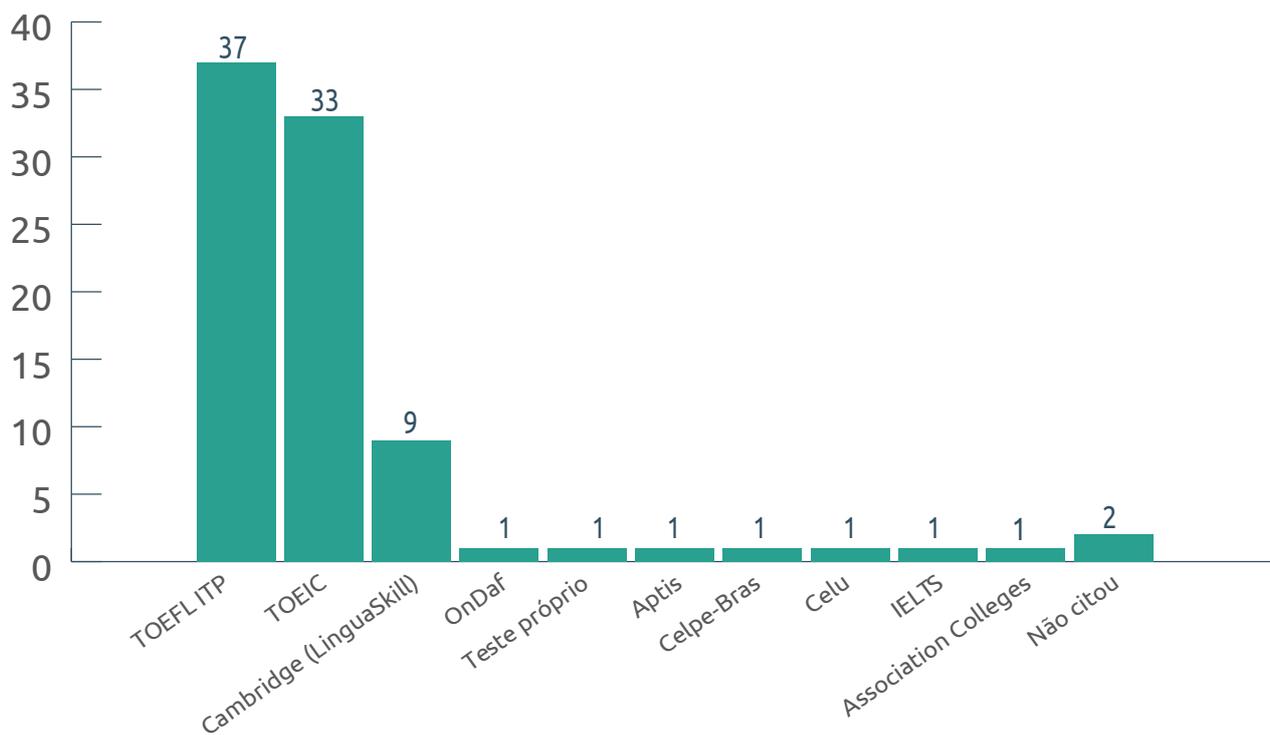
Figura 20 - Exames de proficiência - testes ofertados por região do Brasil



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Por meio do programa Idiomas sem Fronteiras foram disponibilizados os testes “TOEFL ITP” e “TOEIC Bridge” e foram aplicados 28.695 exames. Deste quantitativo, 38% na região Sudeste, 23% na região Sul, 15% na região Centro-Oeste, 15% na região Nordeste e 9% na região Norte. Na figura 21 verificam-se os testes aplicados e o número de instituições que os aplicaram.

Quadro 21 - Testes aplicados e número de instituições que os aplicaram



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 97% delas.

Observa-se que os testes TOEFL ITP e o teste TOEIC foram aplicados em um número relevante de instituições. Em relação ao nível linguístico identificado, percebe-se uma expressiva predominância pelo nível A2, declarado por 82% dos informantes.

No que se refere ao cadastramento das Instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF no Programa Idiomas sem Fronteiras, percebe-se uma adesão quase que totalitária na ação promovida pelo Governo Federal.

A justificativa para que a adesão não fosse completa foi um entendimento jurídico tido pelo IFPR, que não permitiu que a instituição participasse naquele momento da ação. Tal pendência já encontra-se sanada e o IFPR já está devidamente cadastrado no Programa, passando a ofertar também o teste de proficiência TOEIC.

Os resultados do levantamento sobre ações relacionadas à idiomas na RFEPCT reflete o trabalho feito durante os últimos anos junto ao FORINTER/CONIF, que entendeu a importância do tema, desde um estudo realizado em 2010 sobre Língua e Cultura (CAVALCANTI et al, 2015), até o desenho e desenvolvimento de um programa com cursos online - e-Tec Idiomas (inglês, português e espanhol), criados por professores da RFEPCT, com financiamento da SETEC/MEC, via FNDE. Estas ações, juntamente

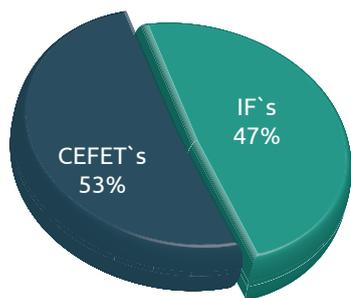
com o início do programa IsF e aplicação dos testes, levaram as instituições a criarem regulamentações e núcleos de idiomas com seu próprio funcionamento e normativas.

3.1.5 Investimento/Financiamento

No que se refere à destinação de recurso proveniente da matriz orçamentária para a promoção de ações de internacionalização, identificou-se que 27, das 41 instituições que compõem a Rede RFEPCT vinculadas ao CONIF, destinaram recurso para este fim, o que representa 66% do total.

O montante financeiro total destinado nos últimos dois anos foi de R\$ 16.037.008,00. Entretanto, ao observar os dados coletados, nota-se que o somatório do recurso destinado por 25 instituições assume o valor de R\$ 7.599.296,00 (47,45% do total) e as duas instituições restantes destinaram R\$ 8.437.712,00 no mesmo período, o que representa 52,55% de todo o investimento realizado. Como ilustrado na figura 22, as instituições que dedicaram maior volume financeiro foram os dois CEFETs existentes na RFEPCT e pode-se atribuir este resultado ao histórico da internacionalização existente, que já supera duas décadas, bem como o expressivo desenvolvimento de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Figura 22 - Recursos financeiros totais destinados às ações de internacionalização



Fonte: Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 66% delas.

Ao se dedicar atenção às instituições que não se apoiaram exclusivamente na matriz orçamentária para prover recursos para ações de internacionalização, percebe-se que um número reduzido se ocupou da captação de recursos externos, como ilustrado na figura 23, levando ao entendimento de que a RFEPCT foi financiada, majoritariamente, com o recursos pré-determinado pelos dirigentes máximos.

Figura 23 - Captação de recursos externos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Apenas 6 das 41 instituições captaram recursos externos, o que representa uma cifra de 15% do total de instituições envolvidas e o valor conquistado foi de R\$ 1.509.343,00. Não se pode assegurar o motivo da baixa captação de recursos externos. As causas possíveis são: desconhecimento dos gestores das pastas de internacionalização dos procedimentos necessários para captação, falta de informação sobre editais, dificuldade para construção de projetos, déficit na formação e capacitação dos assessores internacionais, para citar algumas.

Quadro 6 - Captações realizadas nos últimos dois anos

Fundos/Recursos	Origem	Valores
Edital/Bolsas	FAPEMIG	R\$50.000,00
Santander Universia	Banco Santander	R\$20.000,00
FAPERJ	Edital 10/2013	R\$118.000,00
ACA	EU	€4.000,00
Brafitec	CAPES/CDEF	R\$800.000,00
Erasmus+	União Europeia	€54.000,000 (Total €1.000.000,00)
R\$202.500,00 (Total R\$3.750.000,00)	Engenharia Civil	Inglês
PCSF - Apoio ao Programa Ciência Sem Fronteiras	FAPEMA	R\$149.850,00
ASSINT - Edital FAPEMA de Apoio às Assessorias Internacionais	FAPEMA	R\$29.993,35
PROEXT 2015	MEC	R\$99.000,00
Edital Fapes	Fapes	R\$40.000,00

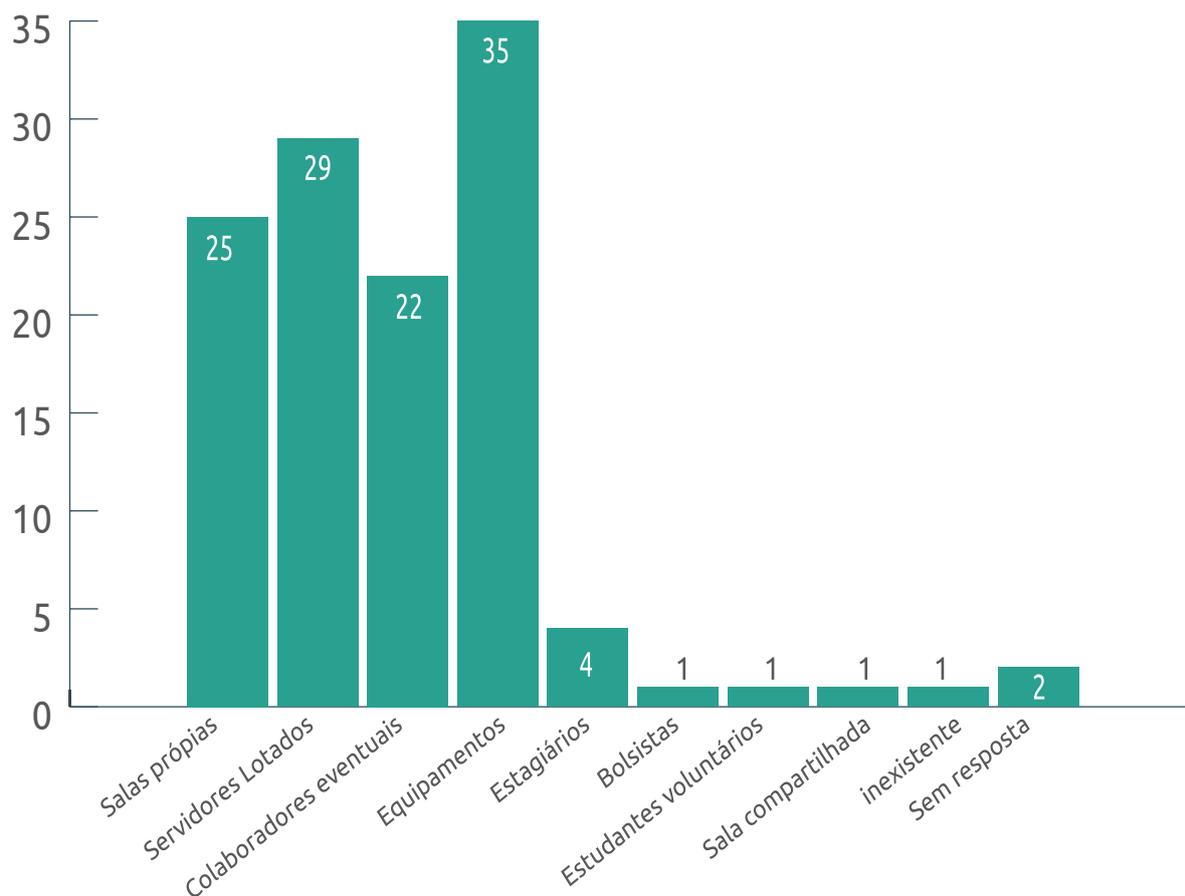
Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

No que se refere à captação, pode-se dizer que ela foi tanto de fontes locais, regionais e nacionais em moeda nacional brasileira (Real), como por financiamento aprovado em editais internacionais, cujo valor aprovado se deu em outras moedas e precisou ser convertidos ao Real (BRL) para sua utilização. No quadro 6 estão listadas as captações declaradas pelas instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF.

3.1.6 Estrutura de Escritórios

Quanto à estruturação física do setor responsável pelas ações de internacionalização das 41 instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF, pode-se afirmar que a maioria dos gestores vem dedicando esforços para a organização, formalização e estruturação destes setores. Aproximadamente dois terços das instituições investigadas dispõem de sala própria e de uso exclusivo das relações internacionais (61%, 25 instituições), de servidores técnico-administrativos lotados no setor (71%, 29 instituições). Um resumo das respostas pode ser visualizado na figura 24.

Figura 24 - Itens de estrutura existentes

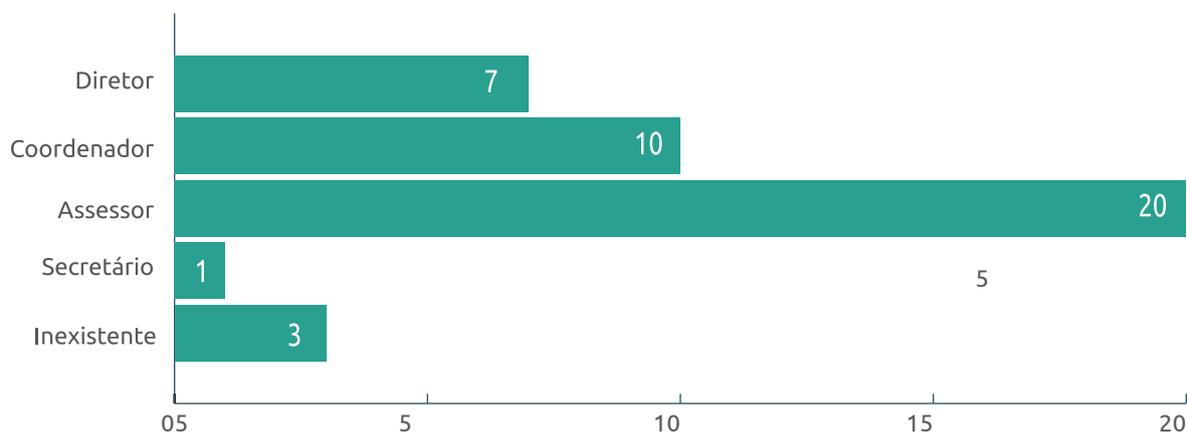


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

No que tange aos equipamentos disponibilizados para a execução das tarefas, é possível constatar que na maioria das instituições (85%, ou 35 delas), os responsáveis pelas relações internacionais contam com computadores, impressoras, aparelhos de scanner, telefone celular institucional para uso em ligações nacionais e telefone físico. Ainda que represente uma pequena parcela das instituições investigadas, quatro instituições (10% do total) não contam com qualquer recurso para o desenvolvimento das ações de internacionalização.

Em relação ao vínculo institucional do responsável pelas ações de internacionalização, verifica-se, como pode ser visualizado na figura 25, que em cerca de 50% das instituições, o vínculo é de assessor.

Figura 25 - Vínculo institucional do funcionário responsável pelas ações de internacionalização



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

No tocante às gratificações concedidas para os responsáveis pelos setores, novamente as 37 instituições que disponibilizam recursos físicos também atribuem alguma gratificação adicional para os respectivos responsáveis pelos setores, como pode ser observado na figura 26.

Figura 26 - Nível de gratificação do responsável pelas ações de internacionalização



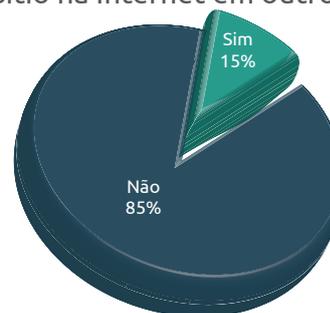
Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Das gratificações identificadas, a CD-3 é atribuída por 7% (3 instituições); a CD-4 por 34% (14 instituições); a FG-1 por 31% (13 instituições); a FG-2 foi atribuída por 15% (6 instituições); e, a FG-4 por 2,5% (1 instituição). Cabe observar que 4 instituições (10%) não atribuem qualquer gratificação aos responsáveis pelas ações de internacionalização nas suas instituições.

3.1.7 Comunicação/Divulgação dos Dados/Indicadores Internacionais

A interlocução com a comunidade externa é desenvolvida majoritariamente e quase exclusivamente em língua portuguesa. Esta é a conclusão que se tira após o monitoramento dos sites das 41 instituições que compõem a RFEPCT. Como pode ser visualizado na figura 27, em 85% deles (35 instituições), só existem informações em língua portuguesa e, quando foram identificados espaços para inserção de dados no campo das relações internacionais, as informações não permitiam que a comunidade externa que não falasse a língua portuguesa buscasse qualquer tipo de informação. Apenas em 6 instituições (15% do total), identificou-se a construção de uma página também em outros idiomas. Os idiomas encontrados foram inglês, espanhol e francês.

Figura 27 - Sítio na Internet em outro idioma

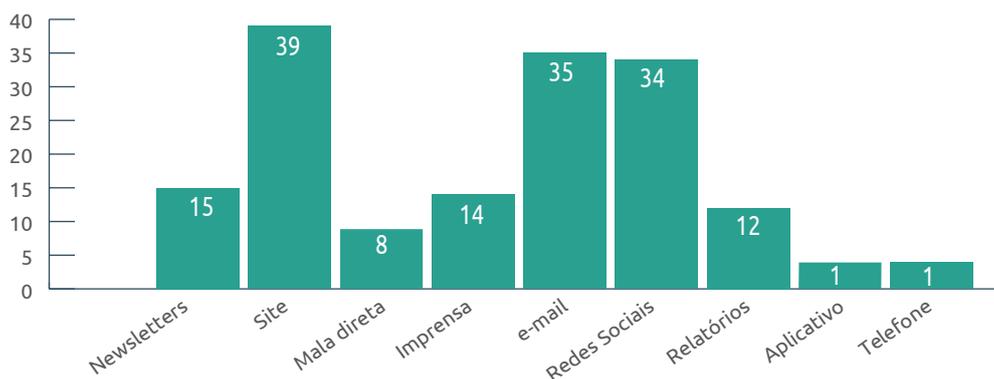


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Em relação ao processo de divulgação das ações de internacionalização para comunidade interna e externa (mídia passiva), nota-se que os recursos mais utilizados foram divulgação no site da instituição (97,5%, 40 instituições), envio de email para a comunidade interna (87%, 36 instituições) e postagens em redes sociais (83%, 34 instituições). Nota-se também o uso de outras estratégias tais como produção de boletins informativos regulares (36,5%, 15 instituições), envio de notícias para a imprensa local (34%, 14 instituições) e construção de relatórios de gestão (31%, 13 instituições). Os resultados estão ilustrados na figura 28.

Destaca-se ainda que, em uma instituição, foi desenvolvido um aplicativo para telefones celulares exclusivamente com o fim de divulgação de ações de internacionalização.

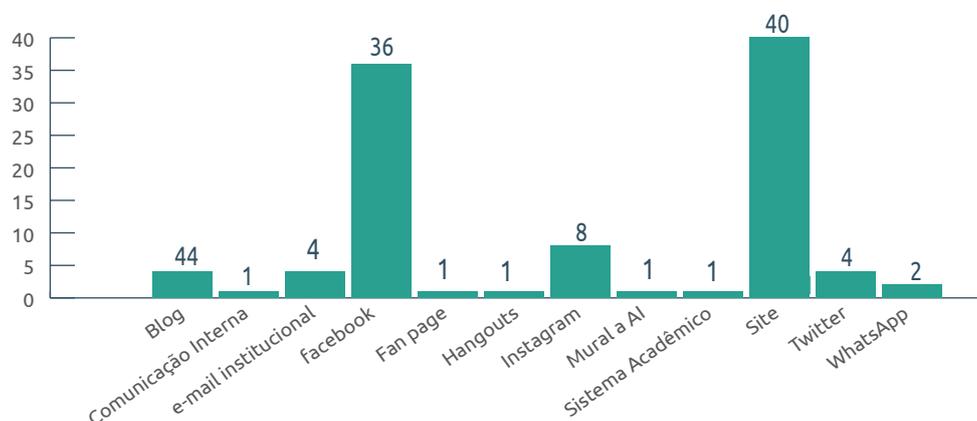
Figura 28 - Divulgação das ações de internacionalização para as comunidades interna e externa



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Já na divulgação ativa das ações de internacionalização para a comunidade interna (divulgação ativa), verificam-se os resultados apresentados na figura 29.

Figura 29 - Canais de interação com a comunidade interna



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

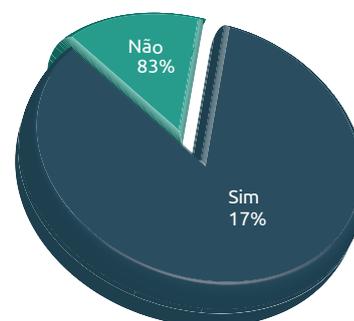
Fica evidente a preferência pela divulgação no site da instituição (97% adotam este procedimento) e nas redes sociais (frequente em 88% dos casos). Divulgação em mural por meio de material impresso, envio de e-mail direcionado, ferramentas de comunicação instantânea tais como ao aplicativo Whatsapp, publicação de postagem em blogs e ou utilização de ferramentas de comunicação interna institucional foram utilizados por menos de 10% das instituições investigadas.

3.1.8 Participação em Eventos e Missões Internacionais

A participação em missões internacionais é relevante para o desenvolvimento das ações de internacionalização porque possibilita a ampliação da visão de mundo dos participantes que travam contato com a diversidade de modelos educacionais, sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Nos últimos dois anos, 34 instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF informaram a participação nessas missões, como ilustra a figura 30.

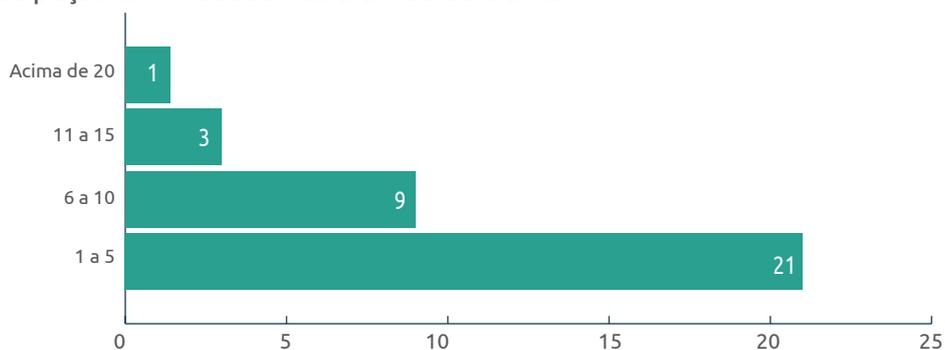
Figura 30 - Participação em missões nos últimos dois anos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Quando solicitado o número de missões em que as instituições participaram, observa-se que das 34 instituições que responderam ter participado delas, grande parte foi em até 5 missões nos últimos dois anos, como demonstrado na figura 31.

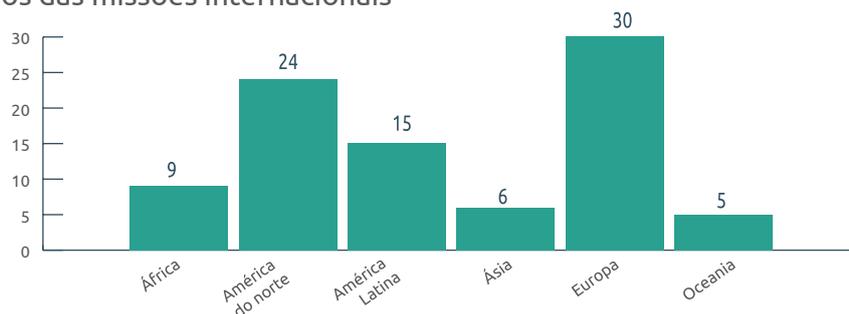
Figura 31 - Participação em missões nos últimos dois anos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Já no que se refere ao destino das missões, as respostas estão ilustradas na figura 32.

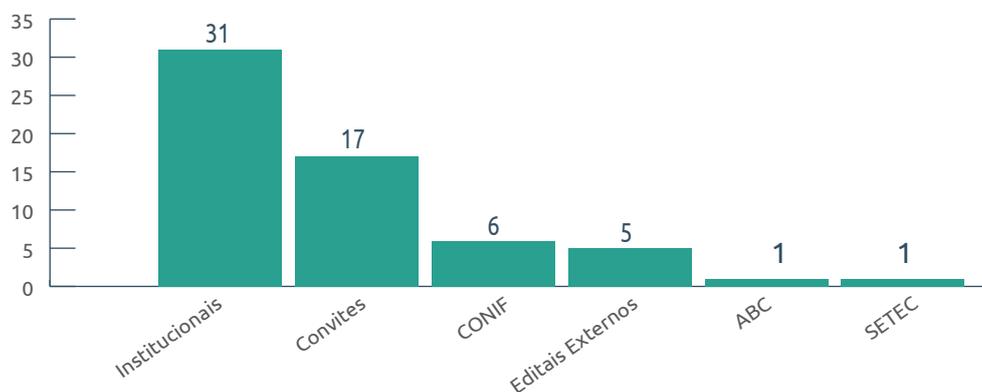
Figura 32 - Destinos das missões internacionais



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Observa-se que o destino mais frequente das missões realizadas pelas instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF é a Europa, seguida pela América do Norte e pela América Latina. Já a origem dos recursos para as missões está ilustrada na figura 33.

Figura 33 - Origem dos recursos utilizados para as missões internacionais



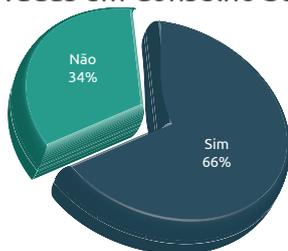
Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Os recursos utilizados para a realização das missões internacionais foram, nos últimos dois anos, prioritariamente, institucionais. Destaca-se, ainda, um número significativo de instituições que foram convidadas a participar de missões internacionais.

3.1.9 Normativas e Regulamentos Relacionados à Internacionalização

Regulamentos e normas são um indicativo importante na administração pública para corroborar e validar as ações desenvolvidas. Sobre o assunto, as instituições da RFEPCT vinculadas ao CONIF foram convidadas a responder se possuem normativas e/ou regulamentos aprovados em Conselho Superior para ações de internacionalização ou idiomas como, por exemplo, regulamentação para aproveitamento de crédito, previsão de matrícula temporária para estrangeiros, dentre outras. As respostas estão ilustradas na figura 34.

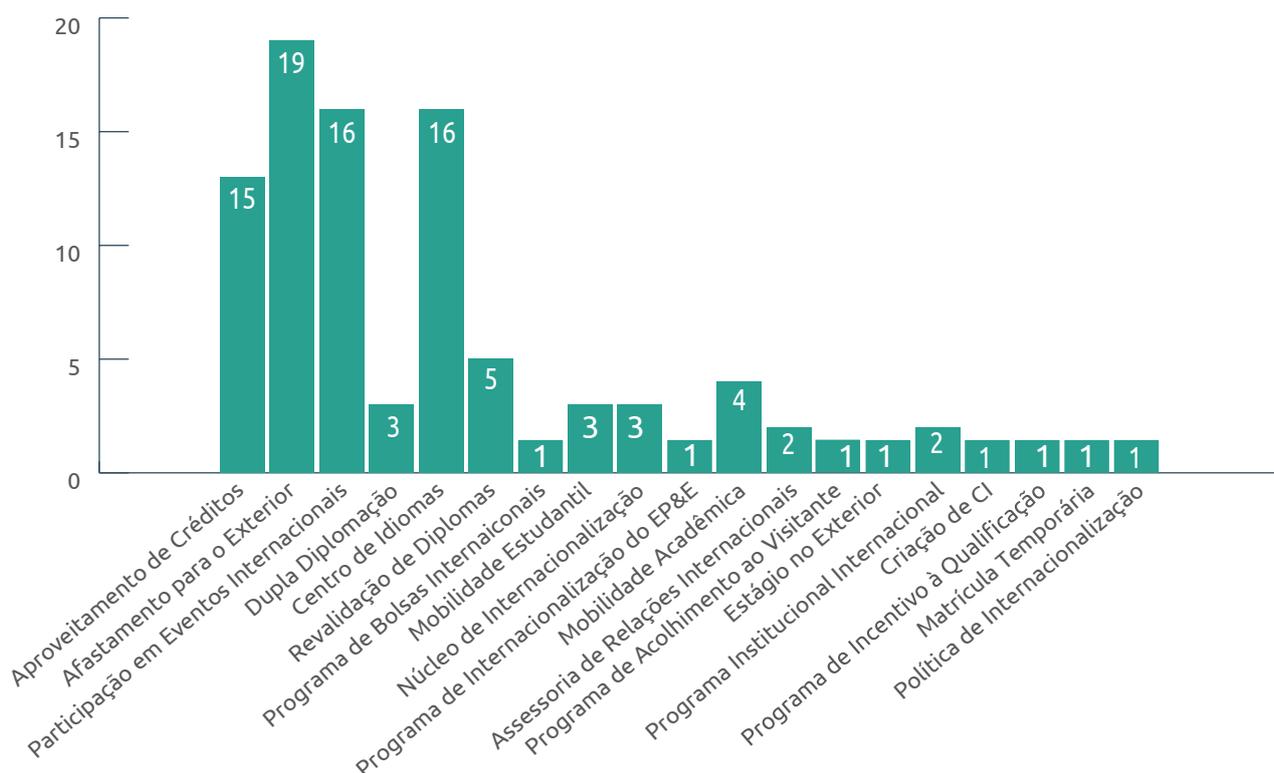
Figura 34 - Existência de normativas e regulamentos para ações de internacionalização ou idiomas aprovadas em Conselho Superior



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Quando consultadas acerca dos tipos de normativas e regulamentos aprovados em Conselho Superior, as respostas versaram sobre várias questões e o número de instituições que possui cada tipo de norma/regulamento declarado pode ser observado na figura 35.

Quadro 35 - Normas/regulamentos existentes e o número de instituições que as possuem.



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

A normativa/regulamento mais frequente entre as declaradas é a de Afastamento para o Exterior, seguida pelas de Participação em Eventos Internacionais e de Centro de Idiomas, com destaque, ainda, para as de Aproveitamento de Créditos. Dessa maneira, constata-se que há muito por fazer para que as ações de internacionalização sejam incorporadas às instituições.

As instituições foram, também, questionadas sobre a articulação existente entre as ações de internacionalização e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Como pode ser observado na figura 36, parte significativa, ou 34 instituições, afirmam possuir essa articulação.

Figura 36 - Articulação das ações de internacionalização com o PDI



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONIF, de 2015-2017, com respostas de 100% delas.

Dadas as respostas obtidas às questões colocadas para as instituições da RFEPCCT vinculadas ao

CONIF, observa-se que há um longo caminho a percorrer para que a internacionalização esteja imbricada no cotidiano das atividades de ensino, pesquisa e extensão e para que as ações a ela vinculadas possam promover o crescimento econômico, social e cultural que são por ela suportadas.

Entende-se que, embora haja “ações” de internacionalização e algumas regulamentações sobre afastamento ao exterior, aproveitamento de créditos, entre outros, a internacionalização e o seu conceito não estão definidos de maneira institucionalizada na maioria das instituições da RFEPT vinculadas ao CONIF.

Nessas instituições, as ações têm refletido iniciativas da SETEC e do CONIF, como editais de mobilidade para docentes e discentes. O fluxo de docentes/pesquisadores muitas vezes se deve à iniciativas individuais de participação em congressos e seminários no exterior.

Assim como aparecem destacadas nos PDIs as áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas e tecnologia da informação, as ações de internacionalização precisam começar a ser consideradas nas políticas das instituições, apresentando-se justificativas e investimentos.

Parte-se, agora, para a análise das ações de internacionalização nas instituições da RFEPT vinculadas ao CONDETUF.

3.2 Instituições da RFEPT vinculadas ao CONDETUF

As instituições vinculadas ao CONDETUF são caracterizadas por serem escolas técnicas vinculadas à universidades federais. Entre as 23 existentes, 10 (43%) responderam à pesquisa, sendo elas:

- Escola Agrícola de Jundiá - EAJ
- ESTES - UFU
- UFV
- Colégio Politécnico da UFSM
- Escola de Música da UFRN - EMUFRN
- CEFORES - UFTM
- Escola de Saúde da UFRN
- TEATRO Universitário da UFMG
- ETA - UFAL
- Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR - UFRRJ)

Assim, a análise empreendida nas seções posteriores recairá sobre as 10 instituições

respondentes, salientando-se que as respostas relacionam-se às ações de internacionalização nessas instituições nos últimos dois anos.

Antes da apresentação dos resultados referentes aos eixos pesquisados, apresenta-se duas questões relacionadas à internacionalização de uma maneira geral.

A primeira delas relaciona-se ao questionamento: “o que sua instituição entende por internacionalização?” A nuvem de palavras apresentadas na figura 37 ilustra o resultado por meio das palavras mais comumente utilizadas nas respostas das 10 instituições pesquisadas.

Figura 37 - Internacionalização em palavras



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

A questão seguinte refere-se à existência de documento na instituição que define a internacionalização em seu ambiente. Como pode ser observado na figura 38, 50% das instituições vinculadas ao CONDETUF possuem documento com a definição.

Figura 38 - Definição de internacionalização documentada pela instituição.



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Na sequência serão apresentados os resultados da pesquisa a partir dos eixos identificados na perspectiva das atividades de internacionalização.

3.2.1 Mobilidade

O conceito de mobilidade abrange a mobilidade *in*, ou receptiva de pessoas do exterior e a mobilidade *out*, ou de envio de pessoas para o exterior. Ela pode acontecer para os docentes, técnicos-administrativos e discentes.

Inicia-se a análise pela mobilidade *in*, para os três públicos.

Para o público docente, como pode ser observado na figura 39, menos de um terço das instituições vinculadas ao CONDETUF receberam professores estrangeiros em suas unidades.

Figura 39 - Mobilidade docente *in*



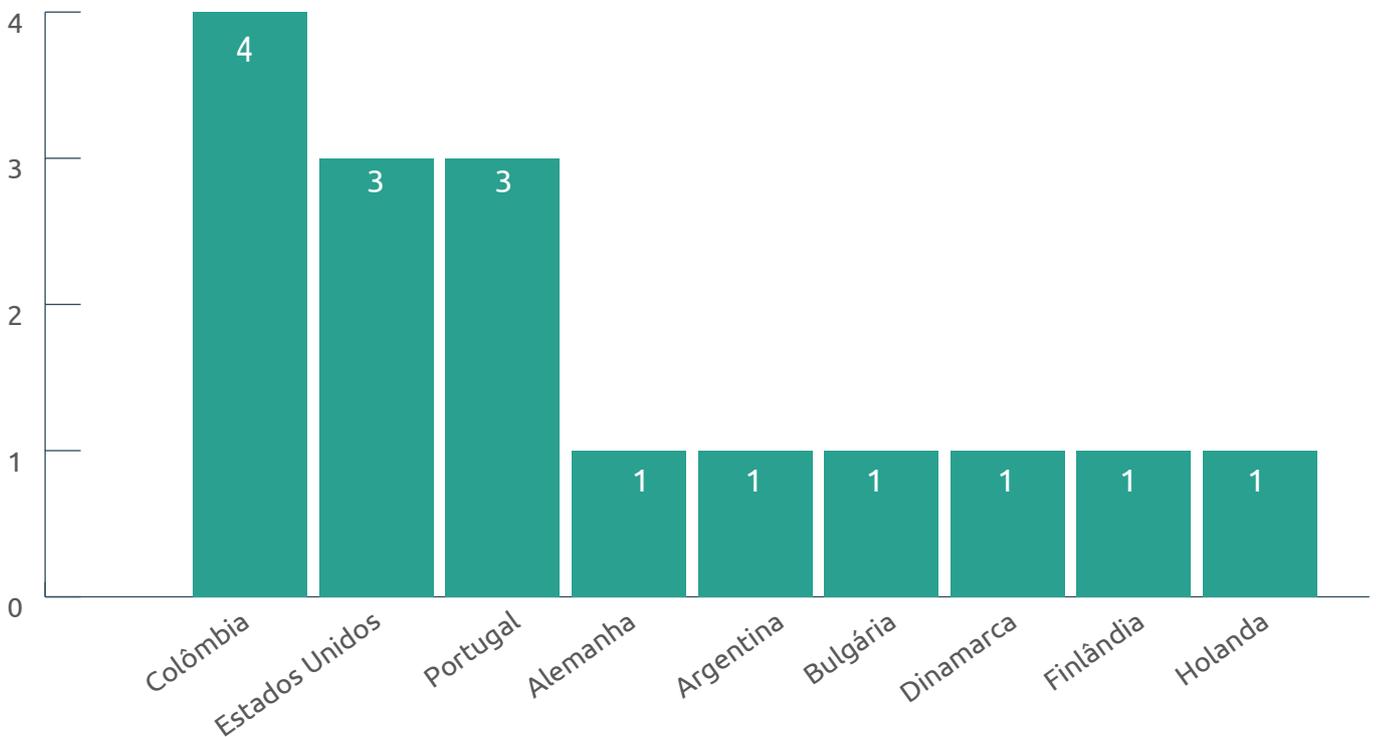
Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

A origem mais frequente desses professores é os Estados Unidos, seguido pelo México, Canadá e Reino Unido. Foram recebidos, ainda, docentes da Alemanha, Argentina, Austrália, Chile, China, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Japão, Luxemburgo, Polônia e Suíça.

Não houve modalidade *in* de técnicos administrativos nos últimos dois anos nas instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF que responderam à pesquisa.

Para discentes, apareceram respostas de mobilidade *in* de 3 instituições vinculadas ao CONDETUF. Na figura 40 está ilustrada a origem da mobilidade discente para essas instituições. Pode-se observar que os países que mais enviam estudantes para o Brasil são Colômbia, Estados Unidos e Portugal.

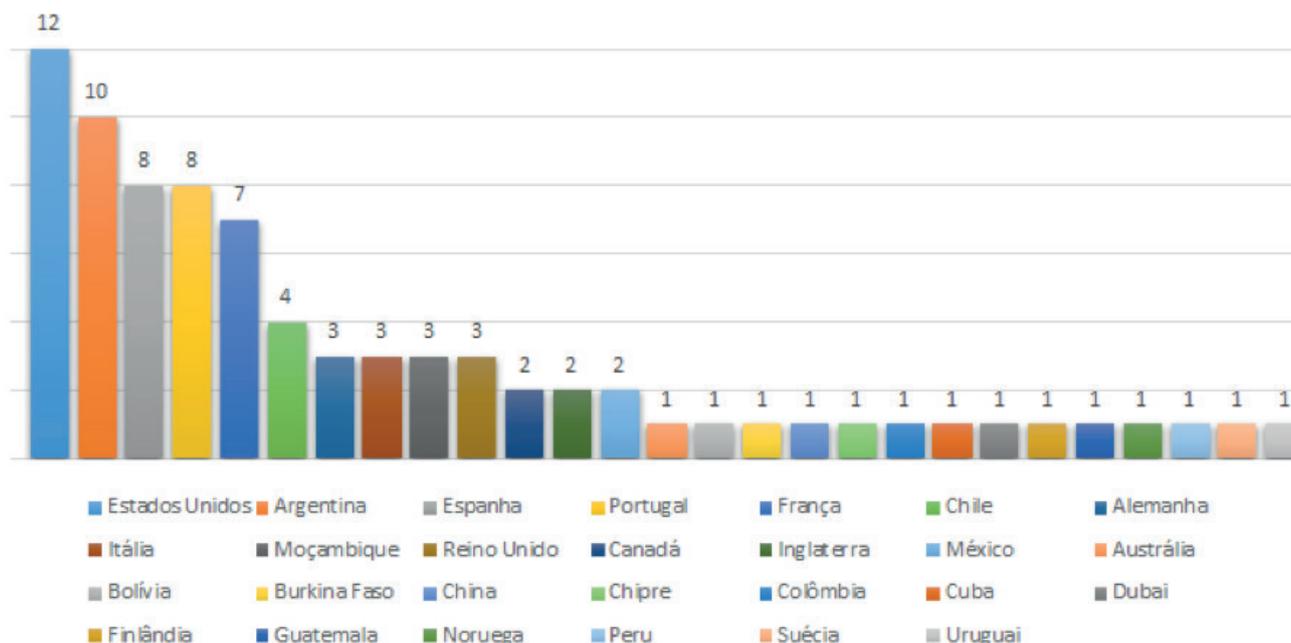
Quadro 40 - Origem da mobilidade discente *in*



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Na mobilidade *out*, para o público docente, obteve-se dados de 6 instituições vinculadas ao CONDETUF e os países que são os principais destinos dos professores estão ilustrados na Figura 41.

Figura 41 - Países destinos dos docentes

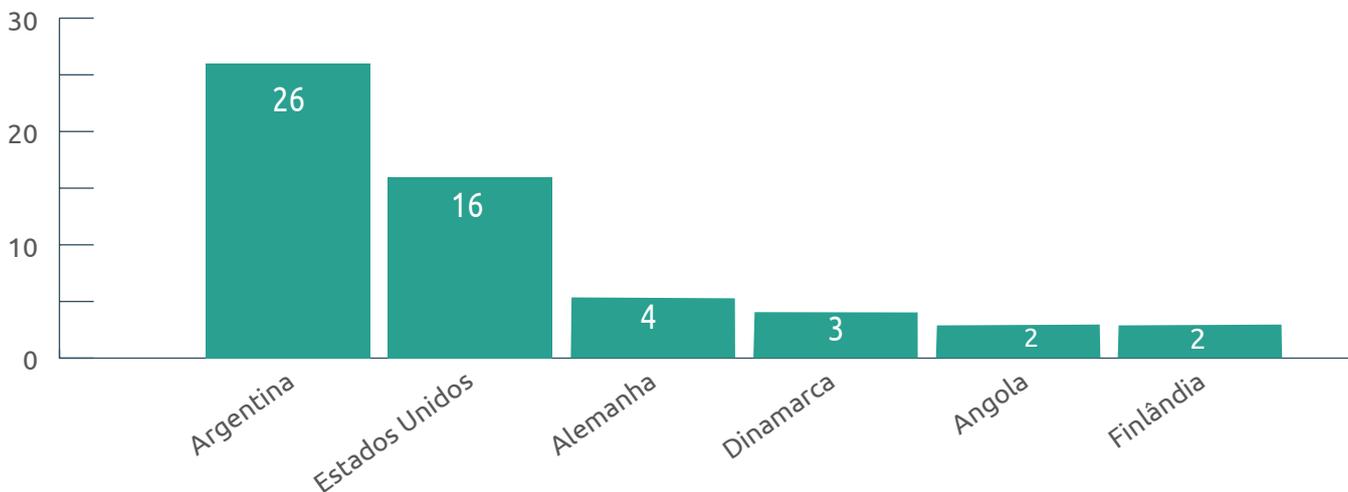


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

O principal destino dos docentes é os Estados Unidos, seguido pela Argentina, Espanha, Portugal e França.

Quando a análise recai sob a mobilidade *out* dos técnicos administrativos, obteve-se a resposta de apenas uma instituição que informou o deslocamento de um técnico administrativo para a Alemanha. Finalizando-se a análise da mobilidade *out*, a figura 42 apresenta o resultado da mobilidade discente, considerando-se que somente 3 instituições vinculadas ao CONDETUF responderam a questão.

Figura 42 - Países destinos dos discentes



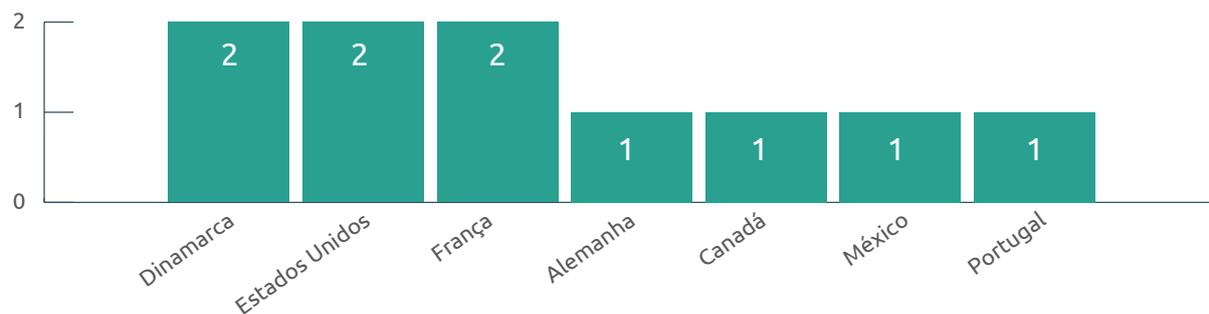
Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Como é possível se observar, a Argentina e os Estados Unidos foram os principais destinos dos estudantes dessas instituições.

3.2.2 Memorandos de Entendimento (MOUs) e/ou Acordos de Cooperação Internacionais

Na figura 43, a relação de países e as respectivas quantidades de MOUs e/ou acordos assinados entre instituições da RFEPT vinculadas ao CONDETUF e instituições desses países, considerando-se que apenas uma instituição respondeu a este item da pesquisa.

Figura 43 - Países e número de memorandos e/ou acordos assinados



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 4,3% delas.

Não foi possível realizar a análise da vinculação dos MOUs à mobilidade por não haver informações suficientes para isso.

3.2.3 Projetos de Cooperação Internacional

A análise das respostas relativas aos projetos de cooperação, apresentadas por uma única instituição respondente, indica a existência de apenas um projeto de cooperação no âmbito das instituições da RFEPCT atreladas ao CONDETUF. O projeto é com a Argentina e não está vinculado a MOU.

Observou-se, ainda, que não houve participação, entre as dez instituições que responderam à pesquisa, nos editais promovidos pela SETEC em parceria com a Capes e o CNPq.

3.2.4 Idiomas

As instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF foram solicitadas a responder sobre a oferta de disciplinas em outros idiomas e nenhuma delas oferta disciplinas nessa condição.

Elas também foram consultadas acerca da existência de Centro de Línguas em suas dependências e, novamente, não houve resposta positiva para essa questão.

Sobre a aplicação de testes de idiomas, 3 instituições afirmaram realizar a aplicação de testes, sendo que o único teste mencionado foi o TOEIC Bridge.

3.2.5 Investimento/Financiamento

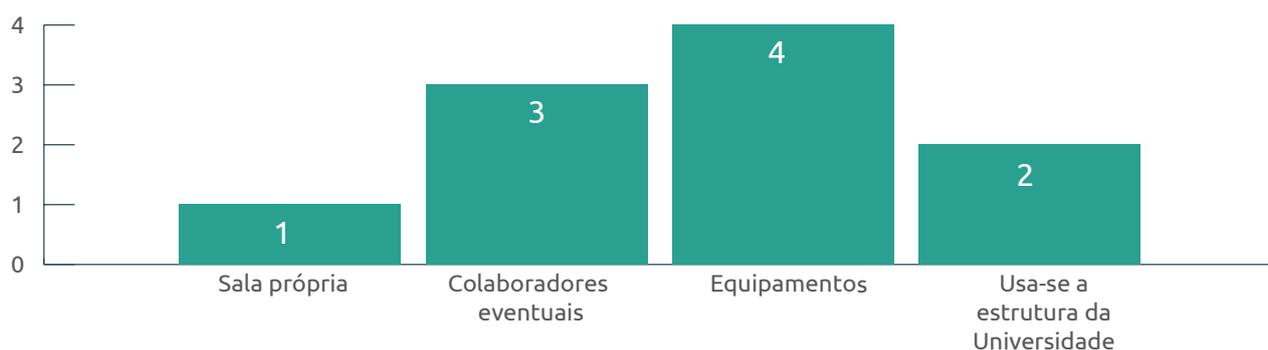
No que se refere à destinação de recurso proveniente da matriz orçamentária para a promoção de ações de internacionalização, identificou-se que nenhuma instituição da RFEPCT vinculada ao CONDETUF, considerando-se as dez que responderam a pesquisa, destinou recurso para este fim.

Em relação à captação de recursos externos, as instituições, também, não exerceram essa prática.

3.2.6 Estrutura de Escritórios

As atividades de internacionalização requerem uma estrutura para a sua execução. Nas dez instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF que responderam à pesquisa, foi possível identificar a existência dos itens de estrutura física para a realização de ações internacionais ilustrados na figura 44.

Figura 44 - Itens de estrutura existentes

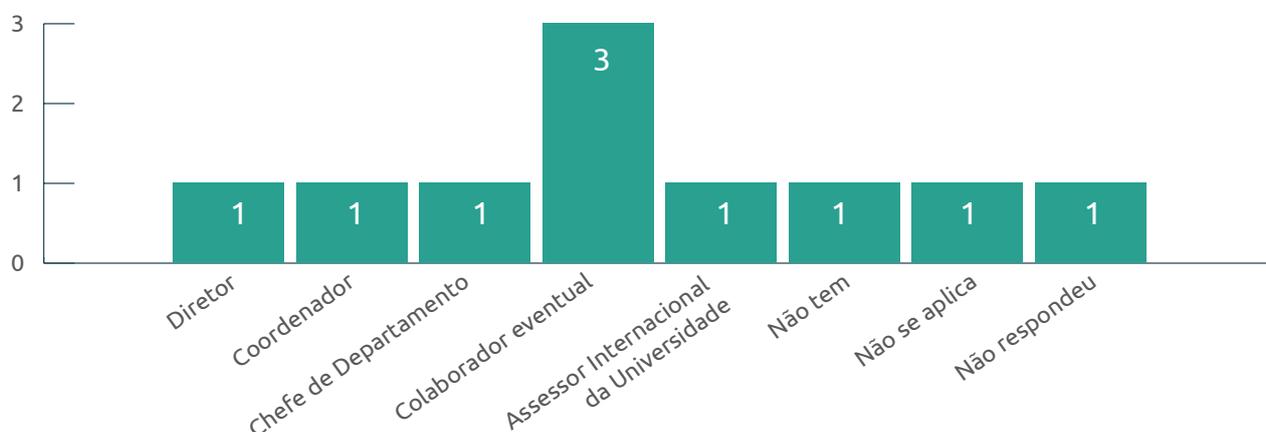


Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

É importante ressaltar que muitas escolas são vinculadas às universidades e, assim sendo, utilizam-se da estrutura de internacionalização delas.

Em relação ao vínculo institucional do funcionário que é responsável pelas ações de internacionalização na escola, as respostas dadas são apresentadas na figura 45.

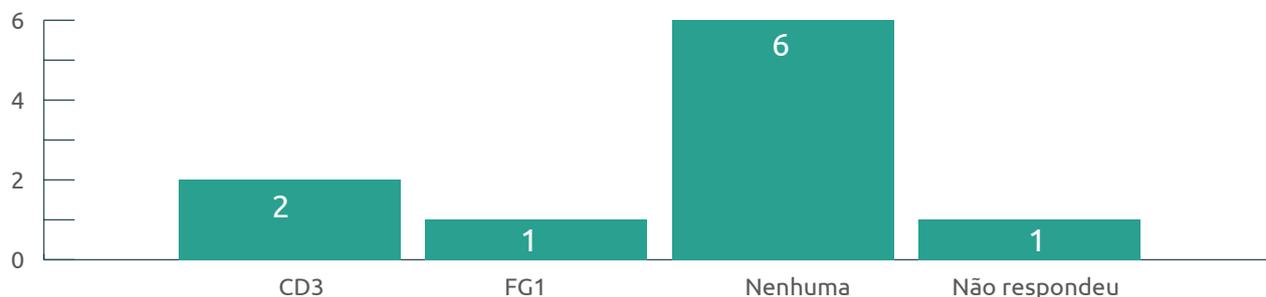
Figura 45 - Vínculo institucional do funcionário responsável pelas ações de internacionalização



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Já os níveis de gratificação desses funcionários são, para a maioria das instituições respondentes, inexistentes, como visualiza-se na figura 46.

Figura 46 - Nível de gratificação do responsável pelas ações de internacionalização



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

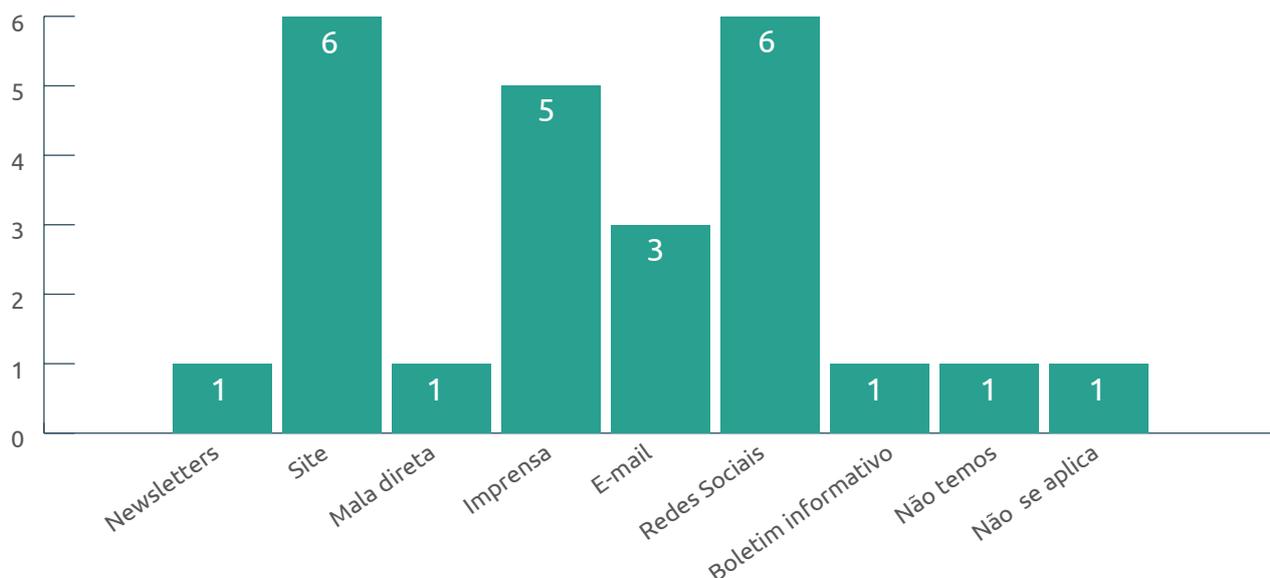
Como se pode inferir a partir da análise desses dados, ainda não existe uma preocupação nas instituições da RFEPT vinculadas ao CONDETUF em organizar uma estrutura para o tratamento de suas ações de internacionalização.

3.2.7 Comunicação/Divulgação dos Dados/Indicadores Internacionais

A comunicação é sempre uma parte importante dos processos, especialmente dos processos realizados em instituições públicas, que devem seguir o princípio da transparência em suas ações. E, assim deve ser, também, com as ações de internacionalização, não somente para que sejam visíveis à comunidade interna e externa, mas também para que os públicos-alvo possam ter acesso a essas atividades. Uma das maneiras de dar visibilidade às ações de internacionalização é divulgando-as por meio do sítio da internet das instituições, especialmente em outras línguas. Quando consultadas sobre a existência de sítios em outras línguas, as instituições da RFEPT vinculadas ao CONDETUF que responderam à pesquisa, em geral, não possuem sítios na internet em outras línguas, exceto uma.

Em relação à maneira como é realizada a comunicação das ações de internacionalização para as comunidades interna e externa, os resultados obtidos na pesquisa estão demonstrados na figura 47.

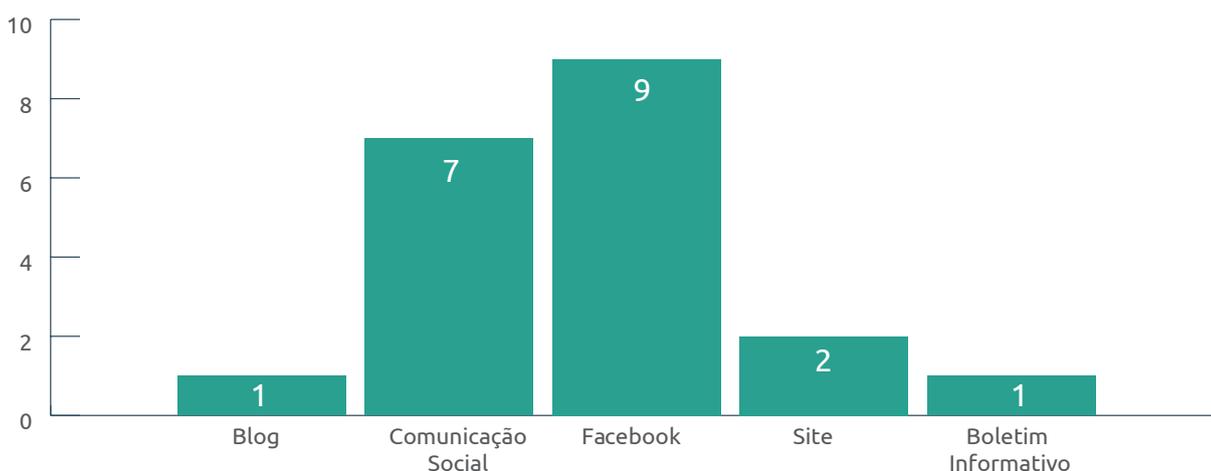
Figura 47 - Divulgação das ações de internacionalização para as comunidades interna e externa



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Verifica-se que os sítios na internet, as redes sociais e a imprensa são os meios mais utilizados. Já em relação aos canais de interação com a comunidade interna, as respostas estão ilustradas na figura 48.

Figura 48 - Canais de interação com a comunidade interna.



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

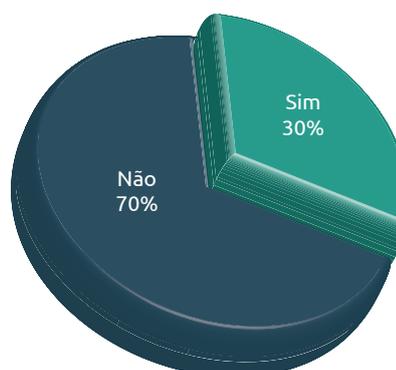
Assim, dentre as instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF que responderam à pesquisa, os canais mais utilizados são o Facebook e a Comunicação Interna.

3.2.8 Participação em Eventos e Missões Internacionais

Para o desenvolvimento de ações de internacionalização, a participação em missões internacionais é importante, como já ressaltado no item 2.1.8 deste relatório.

Nos últimos dois anos, 3 instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF informaram a participação nessas missões, como ilustra a figura 49.

Figura 49 - Participação em missões nos últimos dois anos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Quando solicitado o número de missões em que as instituições participaram, observa-se que das 3 instituições que responderam ter participado delas, cada uma teve uma frequência de missões distintas, como ilustrado na figura 50.

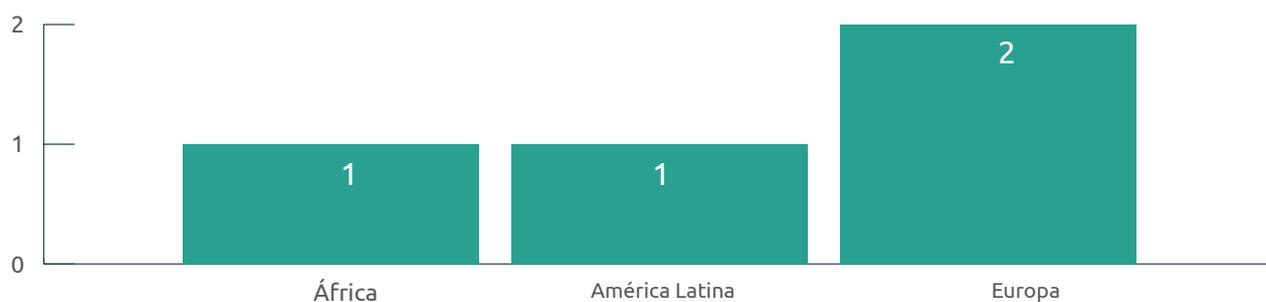
Figura 50 - Participação em missões nos últimos dois anos



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Já no que se refere ao destino das missões, as respostas estão ilustradas na figura 51.

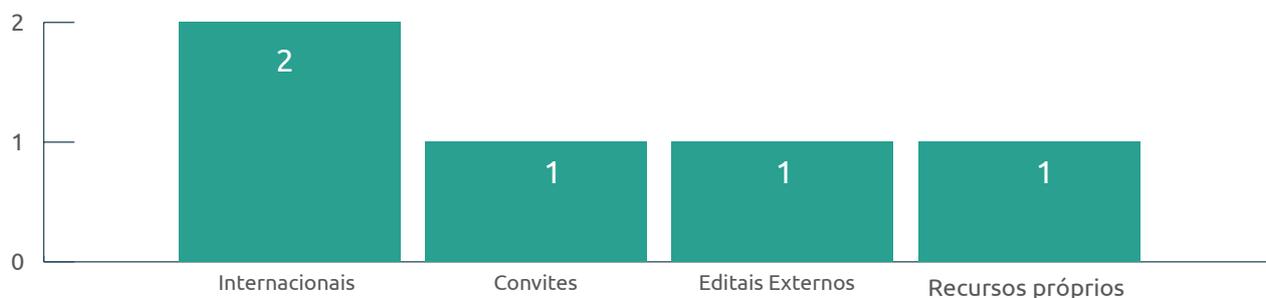
Figura 51 - Destinos das missões internacionais



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Observa-se que o destino mais frequente das missões realizadas pelas instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF é a Europa e que não foram observadas missões para a Ásia, Oceania e América do Norte nas três instituições que responderam a questão. Já a origem dos recursos para as missões está ilustrada na figura 52

Figura 52 - Origem dos recursos utilizados para as missões internacionais



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Os recursos utilizados para a realização das missões internacionais foram, nos últimos dois anos, prioritariamente, institucionais.

3.2.9 Normativas e Regulamentos Relacionados à Internacionalização

As dez instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF que responderam à pesquisa não possuem normativas e regulamentações para as ações de internacionalização ou idiomas aprovadas em Conselho Superior.

As instituições foram, também, questionadas sobre a articulação existente entre as ações de internacionalização e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Como pode ser observado na Figura 53, menos de metade das instituições afirmam possuir essa articulação.

Figura 53 - Articulação das ações de internacionalização com o PDI



Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao CONDETUF, de 2015 a 2017, com respostas de 43% delas.

Dadas as respostas obtidas às questões colocadas para as instituições da RFEPCT vinculadas ao CONDETUF, observa-se, também, que está colocado o desafio de imbricar as ações de internacionalização com as atividades de ensino, pesquisa e extensão para ampliação dos horizontes da formação técnica e tecnológica promovidas por essas instituições.



Considerações Finais

Durante o desenvolvimento do trabalho apresentado neste relatório, muitas reflexões foram realizadas nos encontros presenciais e por webconferência e algumas transformações foram promovidas nos objetivos estabelecidos inicialmente para o GT de Políticas de Internacionalização, dada a elevada experiência e qualificação de alguns dos membros na área.

Uma modificação importante foi a mudança do nome dado ao documento que foi inicialmente previsto para ser uma política de internacionalização para a RFEPT e que, no decorrer do processo, concluiu-se ser mais adequada a denominação de “Documento de Referência de Internacionalização da SETEC/MEC”, considerando-se que a ideia é estabelecer um guia que as instituições da RFEPT, em sua autonomia, poderão ou não adotar. A SETEC/MEC deseja que adotem e vai envidar esforços para sua utilização objetivando que se consiga, ao final do período estabelecido - 2018-2019, possuir ações estruturadas de internacionalização na RFEPT em atendimento ao documento de referência, como estabelecido na visão definida pelo referido GT.

Outra modificação foi a alteração do nome dado à pesquisa realizada junto às instituições da RFEPT, que inicialmente se optou por chamar de diagnóstico mas, ao final do processo, foi percebido pelo grupo que, para ser uma diagnóstico, além das informações históricas que foram levantadas sobre os últimos dois anos das ações de internacionalização, teria sido necessário o levantamento, também, das expectativas em relação ao futuro. Isso não descaracteriza o extenso e profundo trabalho realizado pela equipe envolvida na pesquisa, somente a delimita de maneira mais apropriada. Assim, trocou-se a palavra “diagnóstico” por “levantamento” no nome dado ao relatório.

Ainda sobre as reflexões decorrentes dos encontros promovidos, redefiniram-se o propósito, a visão e os valores a serem almejados com a implementação do documento de referência de internacionalização da SETEC/MEC, que ficaram com as redações apresentadas a seguir.

Propósito:

Estruturar um documento de referência de Internacionalização da Educação Profissional – RFEPCT.

Visão:

Até dezembro de 2019, ser uma referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional.

Valores:

- Integração
- Engajamento
- Efetividade

Cabe destacar que o propósito se relaciona com o trabalho desenvolvido pelo grupo mas que não termina com ele, considerando-se que esse documento deverá passar por transformações decorrentes das limitações e das oportunidades observadas em sua implantação, bem como dos fatores ambientais que exercem impacto sobre as questões relacionadas à internacionalização das instituições de ensino, especialmente das relacionadas com a educação profissional e tecnológica, além de diretrizes governamentais e políticas que possam nele provocar mudanças.

Quanto ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, o panorama das ações de internacionalização da RFEPCT encontra-se concluído e está apresentado neste relatório, consideradas as limitações apresentadas em relação aos números de respostas obtidos em alguns quesitos investigados.

Esses dados e informações coletados, juntamente com a representação de especialistas do CONIF, do CONDETUF, da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro e de técnicos com experiência em ações de internacionalização na RFEPCT, ofereceram subsídios para a discussão das políticas de internacionalização e para a proposição do documento de referência, acima nominado.

A acessibilidade aos dados de internacionalização da RFEPCT está iniciada com este relatório e terá continuidade com o desenvolvimento da plataforma de gestão de internacionalização

da rede, que será constituída de uma base de dados e de um portal para disponibilização das informações. A efetividade dessa acessibilidade se dará se cada uma das instituições exercer o seu papel de abastecedora de dados e se utilizar a plataforma para o gerenciamento e aprimoramento das suas atividades de internacionalização.

Assim, considera-se que esse trabalho, que foi iniciado coletivamente, só redundará em ações estruturadas de internacionalização até dezembro de 2019 se as prioridades elencadas forem almejados, na coletividade maior das instituições da RFEPCT, baseando-se nos valores de integração, engajamento e efetividade, sendo este último, na linguagem da administração, a soma da eficiência (meios) com a eficácia (fins).

Referências



BAPTISTA, T.W.F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. (Org). Caminhos para análise das políticas de saúde, 1.ed.– Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p.221-272

CAVALCANTI, R. P.; et all. Estratégias de internacionalização dos Institutos Federais: cultura e língua. NEXUS, Manaus/AM, Revista de Extensão do IFAM. Vol. 1, n. 1, abril de 2015, pp. 95-101.

Diário Oficial da União, nº 131, terça-feira, 11 de julho de 2017.

MILANI, C.; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto in [on line], 2013, vol. 35, n. 1, pp. 11-14. ISSN 0102-8529.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro - Assessoria Internacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/assessoria-internacional/>> Acesso em: 23 junho de 2017.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. "Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas", organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Internacionalização. Apresentação realizada na Reunião do Forinter em Abril de 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma Revisão de Literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/ dez 2006, p. 20-45.

ANEXO I

Instrumento de coleta de dados



INTERNACIONALIZAÇÃO RFEPT

Formulário de Coleta de Dados para mapeamento do perfil de internacionalização das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil. As informações inseridas servirão de base para:

- Obter um panorama atualizado das ações de internacionalização da Rede Federal
- Fornecer subsídios para a definição das políticas de internacionalização da Rede
- Promover acessibilidade aos dados de internacionalização da Rede
- Fornecer subsídios para a construção de uma plataforma de gestão da internacionalização

Para o seu preenchimento, solicitamos que o representante designado em cada uma das instituições que compõem a RFEPT busque as informações mais precisas possíveis sobre os dois últimos anos (2015 até a presente data), para que consigamos ter um retrato real do perfil de internacionalização da Rede, permitindo-nos, com isso, que as ações decorrentes deste mapeamento representem os anseios, necessidades e realidades de nossas instituições. Solicitamos que este formulário online (google form) seja preenchido apenas no momento da entrevista previamente agendada pela SETEC, uma vez que este formulário do Google Docs não permite que sejam salvas informações parciais. Esta entrevista terá duração aproximada de 1 hora e será realizada por equipe designada.

Para que o processo de coleta de informações seja facilitado, foi encaminhado junto com o link que dá acesso ao presente formulário de coleta de dados, um documento editável em formato word com conteúdo similar. Sugerimos que os informantes baixem este arquivo editável (word), salvem em seu computador e, à medida que consigam os dados solicitados, alimentem este documento.

É fundamental dispor de todos os dados compilados sobre sua instituição no momento da entrevista agendada. Caso sua instituição não disponha de informações, ou não atue em alguma das áreas especificadas, deixe em branco.

1. Identifique sua instituição (SIGLA)

INTERNACIONALIZAÇÃO

2. 1. O que sua instituição entende por internacionalização?

INTERNACIONALIZAÇÃO

3. 2. Sua instituição possui algum documento com a definição?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 4.
 Não Ir para a pergunta 5.

INTERNACIONALIZAÇÃO

4. 2.1 Faça o upload do documento com a definição de internacionalização.

Arquivos enviados:

MOBILIDADE

5. 3. Preencha os dados sobre mobilidade acadêmica, nos últimos dois anos, na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 1

Destinos	Números de docentes	Natureza da mobilidade: Curso de qualificação de curta duração ou pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado) ou cooperação acadêmica de curta duração (até 1 mês) ou cooperação técnica de longa duração ou visita técnica ou participação e/ou apresentação em feira de ciência ou participação e/ou apresentação em eventos ou outros (especificar)	É decorrente de MOU assinado? Sim ou Não

MOBILIDADE

6. 4. Sua instituição recebeu algum docente estrangeiro, nos últimos dois anos, para participar de processo acadêmico (ministrar aulas e/ou cursos de curta duração, realizar pesquisas, ministras palestras, entre outras atividades)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 7.
 Não Ir para a pergunta 14.

MOBILIDADE

7. 4.1 Especifique o país e a instituição de origem deste(s) profissional (is). Exemplo: Alemanha – Worms, Trier e FH Aachen.

MOBILIDADE

8. 5. Preencha os dados sobre mobilidade dos técnicos administrativos, nos últimos dois anos, na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 2

Destinos	Números de Técnicos	Natureza da mobilidade: Curso de capacitação curta no exterior <u>ou</u> Formação no exterior (programas de pós-graduação) <u>ou</u> Cooperação acadêmica de curta duração (até 1 mês) <u>ou</u> Cooperação acadêmica de longa duração <u>ou</u> Visitas técnicas

MOBILIDADE

9. 6. Sua instituição recebeu algum técnico administrativo estrangeiro, nos últimos dois anos, para desenvolver atividades acadêmicas (colaboração no exercício da docência/ aulas e/ou ministrar cursos de curta duração, realizar pesquisas, ou outra atividade)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 10.
 Não Ir para a pergunta 11.

MOBILIDADE

10. 6.1 Especifique o país e a instituição de origem deste(s) profissional (is). Exemplo: Alemanha – Worms, Trier e FH Aachen.

MOBILIDADE

11. 7. Sobre mobilidade discente (out), nos últimos dois anos, liste os dados na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 3

Destinos	Números de discente	Segmento: Nível Técnico (integrado, subsequente, EJA) <u>ou</u> graduação (Tecnológico, Bacharelado/engenharia, Licenciatura) <u>ou</u> Pós-graduação ou outros especificar	Natureza da mobilidade: cursar disciplinas <u>ou</u> programa sanduiche <u>ou</u> dupla titulação <u>ou</u> estágio, pesquisa, participação em feira <u>ou</u> apresentação de trabalho em eventos, atividades culturais <u>ou</u> artistico-culturais ou outras (especificar)

MOBILIDADE

12. 8. Sua instituição recebeu, nos últimos dois anos, alunos estrangeiros?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 13.
 Não Ir para a pergunta 14.

MOBILIDADE

13. 8.1 Sobre mobilidade discente (in), nos últimos dois anos, liste os dados conforme planilha enviada por email. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 4

País de Origem:	Número de Alunos

ACORDOS / MOUs

14. 9. Especifique todos os acordos de cooperação vigentes em sua instituição na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 5

País	Instituição	Área de Conhecimento

PROJETOS COM COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

15. 10. Liste os dados dos projetos com cooperação internacional, nos últimos dois anos, em sua instituição na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 6

País	Instituição	Os MoUs geraram algum plano de trabalho ou projeto em concreto? Responder com sim ou não.	Caso existe um plano de trabalho, em que áreas eles são?	Estes projetos possuem algum potencial para inovação? Responder com sim ou não?	O projeto possui vínculo com agência de fomento? Responder com sim ou não?

PROJETOS COM COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

15. 10. Liste os dados dos projetos com cooperação internacional, nos últimos dois anos, em sua instituição na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 7

Editais/países	Números de pessoas	O intercâmbio do servidor resultou em algum acordo de cooperação? Responder com sim ou não.
Edital Finlândia I (Edital n. 15/2014) II (Edital n. 41/2014) III (Edital n. 26/2015)		
Canadá (Edital ACCC/CAPES?SETEC)		
Edital Estados Unidos - NOVA I (Edital 2016) II (Edital 2017)		
Reino Unido (Edital CONIF/AI-02?2016)		

IDIOMAS

17. 12. Sua instituição oferta disciplinas outros idiomas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não Ir para a pergunta 19.

IDIOMAS

18. 12.1 Caso sua instituição ministre disciplinas em outros idiomas nos cursos regularmente ofertados, liste os dados da oferta na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 8

Disciplina	Curso	Idioma

IDIOMAS

19. 13. Sua instituição possui centro de idiomas ou núcleo de idiomas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 18.
- Não Ir para a pergunta 20.

IDIOMAS

20. 14. Sua instituição está cadastrada no IsF para aplicação de testes de proficiência?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Ir para a pergunta 21.
- Não Ir para a pergunta 24.

IDIOMAS

21. 14.1 Quantos testes aplicaram nos últimos dois anos?

IDIOMAS

22. 14.2 Quais testes aplicaram?

Marque todas que se aplicam.

- Toefl ITP
- Toefl PBT
- Toefl IBT
- Ielts
- Cambridge
- Aptis
- Outro: _____

INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

24. 15. Sua instituição destinou orçamento para ações de internacionalização nos últimos dois anos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não Ir para a pergunta 26

INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

25. 15.1 Qual foi o valor destinado para as ações de internacionalização em sua instituição nos últimos dois anos?

INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

26. 16. Nos últimos dois anos, sua instituição captou recursos (fundos) e tem gestão sobre eles?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não Ir para a pergunta 28.

INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

27. 16.1 Discrimine na planilha disponibilizada por e-mail. Em seguida, faça o upload desta planilha no campo indicado.

Arquivos enviados:

TABELA 9

Fundos/recursos	Origem	Valores

ESTRUTURA

28. 17. Sua instituição possui uma estrutura física para a assessoria internacional?

Marque todas que se aplicam.

- Sala própria
 Servidores lotados
 Colaboradores Eventuais
 Equipamento (computadores, laptops, telefones, celular institucional, data show, impressoras)
 Outro: _____

ESTRUTURA

29. 18. Qual o vínculo institucional do Assessor Internacional?

Marcar apenas uma oval.

- Assessor
 Diretor
 Coordenador
 Chefe de departamento
 Outro: _____

ESTRUTURA

30. 19. Qual o nível de gratificação?

Marcar apenas uma oval.

- CD-2
- CD-3
- CD-4
- FG-1
- FG-2
- FG-3
- FG-4
- FG-5
- FG-6
- FG-7
- FG-8
- FG-9
- Nenhuma

COMUNICAÇÃO E DADOS

31. 20. Sua instituição possui portal em outros idiomas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não Ir para a pergunta 33.

COMUNICAÇÃO E DADOS

32. 20.1 Insira o link do(s) portal (is) em outro idioma:

COMUNICAÇÃO E DADOS

33. 21. Como é feita a divulgação dos dados das ações internacionais para a comunidade interna e externa?

Marque todas que se aplicam.

- Newsletters
- Site
- Mala direta
- Relatórios
- Imprensa
- E-mails
- Redes Sociais
- Outro: _____

COMUNICAÇÃO E DADOS

34. 22. Quais são os canais de comunicação utilizados para comunicação/interação com comunidade interna? Exemplos: blog, comunicação da instituição (portal), facebook, instagram, twitter,....

Marque todas que se aplicam.

- Blog
- Comunicação institucional (site)
- Facebook
- Instagram
- Twitter
- Outro:

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E MISSÕES INTERNACIONAIS

35. 23. Sua instituição participou de missões ao exterior, nos últimos dois anos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não Ir para a pergunta 39.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E MISSÕES INTERNACIONAIS

36. 23.1 Nos últimos dois anos participaram de quantas?

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 5
- 6 a 10
- 10 a 15
- Mais de 20

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E MISSÕES INTERNACIONAIS

37. 23.2 Quais os destinos?

Marque todas que se aplicam.

- África
- América do Norte
- América Latina
- Ásia
- Europa
- Oceania

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E MISSÕES INTERNACIONAIS

38. 23.3 Qual a origem do financiamento? Marque todas as opções aplicáveis a sua instituição.

- Marque todas que se aplicam.
- Recursos Institucionais
- Recursos captados em editais externos
- Convites feitos por parceiros
- Outro: _____

NORMATIVAS E REGULAMENTO RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO

39. 24. Sua instituição possui normativas e/ou regulamentos aprovados em Conselho Superior para ações de internacionalização ou idiomas (por exemplo: regulamentação para aproveitamento de crédito, previsão de matrícula temporária para estrangeiros, dentre outros)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não Ir para a pergunta 41.

NORMATIVAS E REGULAMENTO RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO:

40. 24.1 Marque quais:

Marque todas que se aplicam.

- Regulamento de Centro de Idiomas
- Dupla Diplomação
- Aproveitamento de créditos
- Afastamento para o exterior
- Revalidação de diplomas
- Participação em eventos internacionais
- Outro: _____

NORMATIVAS E REGULAMENTO RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO

41. 25. Há uma articulação das ações de relações internacionais com o PDI (Plano de desenvolvimento institucional) de sua instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Agradecemos sua participação

Com a sua participação, poderemos reavaliar as políticas já implantadas, propor um sistema de gestão de relações internacionais e estabelecer as diretrizes para o biênio 2018-2019.

GT - Sistema de Internacionalização

GT - Para elaboração e apresentação de proposta consolidada do desenvolvimento de ações da política de internacionalização da educação profissional e tecnológica, geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação - SETEC/MEC.



ANEXO II

Documento de Referência de Internacionalização da SETEC/MEC

CONSIDERANDO

A participação do Brasil em Organismos Multilaterais voltados à educação, os quais entendem que a cooperação na educação, na ciência, na tecnologia e na cultura como promotoras do desenvolvimento integral, da democracia, da integração entre os países, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, entre outros;

O artigo 4, Parágrafo único, da Constituição Federal, que estabelece que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”;

O artigo 6 da Lei 11.892/08 de criação dos Institutos Federais, que especifica que uma das finalidades das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica é “ I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”;

O Artigo 15, inciso XVII, do Decreto Ministerial n. 9005/17, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação, especifica que é função da SETEC “XVII - estabelecer políticas e programas voltados à internacionalização da educação profissional e tecnológica”;

As demandas dos processos avaliativos da educação superior e da pós-graduação, cada vez mais incorporando aspectos relacionados aos processos de internacionalização;

A SETEC ESTABELECE

O documento de referência de internacionalização da educação profissional e tecnológica, das instituições geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação - SETEC/MEC, para o biênio 2018-2019.

Entende-se por internacionalização do ensino profissional e tecnológico o conjunto de ações com vistas à prospecção e desenvolvimento de parcerias alinhadas ao ensino, pesquisa, extensão e ao arranjo produtivo local para oferta de educação de qualidade, formando uma comunidade acadêmica consciente da cidadania global, capaz de compreender, articular e contribuir com os contextos local, regional e global.

Com o propósito de estruturar as políticas de internacionalização na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, visando tornar-se referência mundial em educação profissional, a SETEC estabelece os seguintes objetivos em sua política de internacionalização:

- Sensibilizar a RFEPCT quanto à importância das estratégias de internacionalização para o desenvolvimento institucional;
 - Ampliar a participação da RFEPCT em fóruns e debates globais de EPCT;
 - Divulgar o modelo de EPCT brasileiro;
 - Fortalecer as relações de EPCT nas regiões de fronteira;
 - Criar base de dados integrada para o gerenciamento das informações inerentes ao processo de internacionalização;
 - Promover política de línguas para a capacitação dos servidores e discentes em idiomas estrangeiros relevantes para os processos de internacionalização da EPCT e o português como língua adicional/estrangeira;
 - Intercambiar experiências sobre boas práticas internacionais em EPCT;
 - Prestar cooperação Sul-Sul, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação;
 - Desenvolver lideranças e novas metodologias em EPCT.

A visão a ser almejada é: “Até dezembro de 2019, ser uma referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional.”

Os valores a serem resguardados são:

INTEGRAÇÃO

ENGAJAMENTO

EFETIVIDADE

Para o alcance desses objetivos, as ações estão centradas em seis prioridades: estruturação, integração nas fronteiras, idiomas, ecossistemas de inovação, financiamento e cooperação. Essas prioridades encontram-se discriminados a seguir.

1. Estruturação

Esta prioridade está voltada à promoção da estruturação nas instituições da RFEPCT. A partir da conscientização da relevância do alinhamento das ações de internacionalização

aos Planos de Desenvolvimento Institucional, da oferta de formação/capacitação e da apresentação de boas práticas, pretende-se dar condições para que as instituições possam estruturar, planejar, monitorar e avaliar as atividades da área. Estão previstas as seguintes ações dentro desta prioridade:

Ações	Prazo
1.1 Prever o processo de Internacionalização no PDI da RFEPCT.	dezembro 2018
1.2 Compor a estrutura organizacional (organograma) da IEs.	dezembro 2018
1.3 Definir normas e procedimentos..	julho 2019
1.4 Articular ações e estratégias envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão.	contínua
1.5 Promover a comunicação das ações.	contínua
1.6 Promover ações de formação e capacitação em internacionalização.	contínua
1.7 Desenvolver planejamento e monitoramento das ações.	março/2018

2. Integração nas fronteiras

Considerando a dimensão continental do Brasil e a fronteira com 10 países em uma extensão de 15.179 km; a Constituição de 1988, art. 20, parágrafo 2º, que determina a faixa de até cento cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, como faixa de fronteira, considerada fundamental para defesa do território nacional, tendo sua ocupação e utilização reguladas em lei; o Decreto de 08/09/2010, que institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Fronteira (CDIF), o qual articula diversos entes ministeriais e instituiu núcleos estaduais, tendo como competência apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços, e como uma de suas ações estratégicas, o eixo da Educação; e, a capacidade técnica e formação profissional das instituições de EPCT; a facilidade para formar parcerias com entidades federais, a potencialidade para o desenvolvimento de projetos de inclusão produtiva, apresentam-se as seguintes ações para a prioridade:

Ações	Prazo
2.1 Regulamentar as ações de internacionalização na fronteira.	dezembro 2019
2.2 Regularizar a situação dos estudantes estrangeiros.	dezembro 2018
2.3 Considerar os processos de reconhecimento de créditos, títulos e dupla titulação.	dezembro 2018
2.4 Promover ações de cunho linguístico e cultural.	contínua
2.5 Identificar potencialidades de interação/integração nas fronteiras, em ensino, pesquisa e extensão.	julho 2018
2.6 Desenvolver a conscientização da comunidade interna e externa sobre a legislação e possibilidades de atuação com os países e instituições fronteiriças.	contínua
2.7 Articular ações integradas às outras instâncias nacionais (MRE, MI, PF e outras)	contínua

3. Idiomas

Esta prioridade tem seu foco na implantação de centros de idiomas como alicerce da efetivação dos programas de Internacionalização nas instituições da RFEPCT. A partir de um plano de políticas para o ensino de línguas estrangeiras, previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional, as instituições poderão investir os recursos necessários para a formação e a preparação de professores, alunos e técnicos, para atuarem, com

competência, nos processos de mediação que advêm das propostas de internacionalização nas instituições da RFEPCT. Para isto, estão previstas, dentro desta prioridade, as seguintes ações:

Ações	Prazo
3.1 Dispor de políticas para o ensino de línguas aprovadas pelo Conselho Superior.	dezembro 2018
3.2 Criar centros de ensino de Idiomas previstos na estrutura organizacional (organograma) da IEs.	dezembro 2018
3.3 Promover a aplicação de testes de proficiência de acordo com as necessidades identificadas (CELPE inclusive).	contínua
3.4 Ofertar disciplinas em língua estrangeira.	outubro 2019
3.5 Ofertar o ensino de língua portuguesa para estrangeiros.	julho 2018
3.6 Promover a capacitação de docentes que atuam no ensino de línguas, bem como de técnicos que atuam nas secretarias dos cursos de idiomas.	contínua
3.7 Ofertar cursos de idiomas em caráter permanente ou via EAD, para toda a comunidade acadêmica.	contínua

4. Ecossistemas de inovação

O setor responsável pela internacionalização das instituições da Rede Federal tem a capacidade de interagir com diversas organizações e instituições nacionais e internacionais facilitando a interação e criando um ambiente favorável à aprendizagem, à cultura colaborativa e à criação inovadora.

Diante deste cenário, a percepção das Assessorias Internacionais como integrante da estrutura de um ecossistema de inovação pode trazer uma série de benefícios para as instituições envolvidas, já que os setores assumem um papel ativo no processo de construção colaborativa e atuam junto aos diversos setores da instituição. Faz-se necessária uma interlocução direcionada com os setores de ensino, pesquisa, extensão, além de estabelecer uma conexão coordenada com o setor produtivo e com a sociedade em geral. Para tanto, estão previstas nesta prioridade, as seguintes ações:

Ações	Prazo
4.1 Mapear os projetos de inovação e identificar parceiros estratégicos (internacionais, regionais e locais).	junho 2018
4.2 Desenvolver ações conjuntas com os NITs.	contínua
4.3 Estabelecer acordos de cooperação.	contínua
4.4 Captar recursos para fomentar as ações dos ecossistemas de inovação.	contínua
4.5 Promover a pesquisa colaborativa.	contínua
4.6 Investir no aprimoramento das habilidades de empreendedorismo e inovação da comunidade acadêmica envolvida neste processo.	contínua
3.7 Ofertar cursos de idiomas em caráter permanente ou via EAD, para toda a comunidade acadêmica.	contínua

5. Financiamento

Para que as ações de internacionalização sejam tratadas como uma política da RFEPCT, é necessário que elas tenham orçamento próprio, bem como que haja prospecção de recursos para a sua consecução. O monitoramento de editais em instituições nacionais e internacionais que objetivem o incremento das ações de internacionalização é uma das ações que devem ser sistematizadas. Mas, para que os recursos se transformem em projetos,

é premente a capacitação dos profissionais envolvidos nas assessorias internacionais das instituições em estratégias de captação de recursos e desenvolvimento/gerenciamento de projetos. Assim, são estabelecidas as seguintes ações para esta prioridade:

Ações	Prazo
5.1 Prever rubrica orçamentária para as ações de internacionalização em cada unidade da RFEPCT.	Anualmente
5.2 Monitorar editais com oportunidades de financiamento para as ações de internacionalização (nacionais e internacionais).	contínua
5.3 Capacitar os envolvidos em estratégias de captação de recursos e desenvolvimento/gerenciamento de projetos.	até outubro 2018

6. Cooperação

As ações de cooperação relativas a esta prioridade são: bilaterais, multilaterais, foros multilaterais. A cooperação deve visar o desenvolvimento institucional, sendo assim, ao prospectar novos parceiros, as instituições são encorajadas a buscar referências naquilo que se pretende desenvolver na RFEPCT. Além disso, também são incentivadas a consolidar e monitorar as parcerias existentes. Para esta prioridade, as ações são:

Ações	Prazo
6.1 Consolidar as parcerias estabelecidas nos MOUs.	contínua
6.2 Prospectar parceiros internacionais que são referências nas ações que se pretende desenvolver na rede.	contínua
6.3 Integrar a cooperação ao desenvolvimento institucional.	contínua
6.4 Monitorar e avaliar as parcerias estabelecidas pelos MOUs.	anualmente
6.5 Investir na capacitação para a formalização de parcerias.	outubro 2018
6.6 Promover a mobilidade discente, docente e de técnico-administrativos	contínua

A realização das ações propostas nas seis prioridades possibilita um processo de internacionalização focado não apenas na formação da comunidade acadêmica, mas também o desenvolvimento institucional dos membros e da RFEPCT como um todo. Permite, além do aprendizado com as experiências educacionais internacionais, levar a contribuição brasileira em relação à expertise alcançada pela educação profissional e tecnológica, articulando os contextos local, regional e global.

Ressalta-se que cada parceria estabelecida pode ter um foco específico, criando uma rede de cooperação que seja complementar e atenda ao conjunto de objetivos estratégicos da EPCT.

A execução das prioridades deve ter como foco o desenvolvimento das seguintes expertises na RFEPCT:

- Pesquisa aplicada;
- Inovação tecnológica;
- Desenvolvimento de lideranças;
- Ensino: novas metodologias, pedagogia do século XXI, aprendizagem ao longo da vida (*Lifelong Learning*).

Como parcerias estratégicas no âmbito internacional, a SETEC e as instituições da RFEPCT devem buscar desenvolver o relacionamento com os países/instituições que já têm projetos com bons resultados e em consonância com as expertises focadas, bem como buscar relacionamentos com países que são referência nelas para aprimoramento dos processos. Deve-se considerar, também, as possibilidades de transferências de boas práticas para os países que encontram-se em situação de desenvolvimento da sua EPCT.

Sempre que possível, o estabelecimento de parcerias deve considerar a bilateralidade e a multilateralidade, ou seja, o desenvolvimento de projetos conjuntos onde as instituições da RFEPCT não sejam meras provedoras de recursos para os parceiros internacionais.

ANEXO III PAINEL DE METAS 2018/2019



Missão

Promover a internacionalização da Educação Profissional na RFEPECT

Visão

Até dezembro de 2019, ser uma referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional.

Valores

Integração (para obter força); Engajamento (para sentir-se parte); Efetividade (é preciso fazer as coisas certas).

PRIORIDADES ORIENTADORAS

1

Ter a área de internacionalização estruturada em toda a RFEPECT.

2

Criar base de dados integrada para o gerenciamento das informações inerentes ao processo de internacionalização.

3

Institucionalizar a política de idiomas nas instituições da RFEPECT.

Prioridade 1 - Estrutura

Metas	2018				2019			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
1.1 Prever o processo de Internacionalização no PDI da RFEPT.								
1.2 Compor a estrutura organizacional (organograma) da IEs.								
1.3 Definir normas e procedimentos.								
1.4 Articular ações e estratégias envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão.								
1.5 Promover a comunicação das ações.								
1.6 Promover ações de formação e capacitação em internacionalização.								
1.7 Desenvolver planejamento e monitoramento das ações.								

Prioridade 2 - Interação nas fronteiras

Metas	2018				2019			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
2.1 Regularizar as ações de internacionalização na fronteira.								
2.2 Regularizar a situação dos estudantes estrangeiros.								
2.3 Considerar os processos de reconhecimento de créditos, títulos e dupla titulação.								
2.4 Promover ações de cunho linguístico e cultural.								
2.5 Identificar potencialidades de interação/integração nas fronteiras, em ensino, pesquisa e extensão.								
2.6 Desenvolver a conscientização da comunidade interna e externa sobre a legislação e possibilidades de atuação com os países e instituições fronteiriças.								
2.7 Articular ações integradas às outras instâncias nacionais (MRE, MI, PF e outras)								

Prioridade 3 - Idiomas

Metas	2018				2019			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
3.1 Dispor de políticas para o ensino de línguas aprovadas pelo Conselho Superior.								
3.2 Criar centros de ensino de Idiomas previstos na estrutura organizacional (organograma) da IEs.								
3.3 Promover a aplicação de testes de proficiência de acordo com as necessidades identificadas (CELPE inclusive).								
3.4 Ofertar disciplinas em língua estrangeira.								
3.5 Ofertar o ensino de língua portuguesa para estrangeiros.								
3.6 Promover a capacitação de docentes que atuam no ensino de línguas, bem como de técnicos que atuam nas secretarias dos cursos de idiomas.								
3.7 Ofertar cursos de idiomas em caráter permanente ou via EAD, para toda a comunidade acadêmica.								

Prioridade 4 - Ecossistemas de Inovação

Metas	2018				2019			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
4.1 Mapear os projetos de inovação e identificar parceiros estratégicos (internacionais, regionais e locais).								
4.2 Desenvolver ações conjuntas com os NITs.								
4.3 Estabelecer acordos de cooperação.								
4.4 Captar recursos para fomentar as ações dos ecossistemas de inovação.								
4.5 Promover a pesquisa colaborativa.								
4.6 Investir no aprimoramento das habilidades de empreendedorismo e inovação da comunidade acadêmica envolvida neste processo.								



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

